



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

JOÃO VITOR BRAZ PEIXOTO

**DEPUTADOS CLASSISTAS NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
PARAÍBA (1935-1937)**

JOÃO PESSOA – PB

2026

JOÃO VITOR BRAZ PEIXOTO

**DEPUTADOS CLASSISTAS NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
PARAÍBA (1935-1937)**

Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do
título de Graduação (Licenciatura Plena) em História
pela Universidade Federal da Paraíba, sob orientação
do Prof. Dr. Martinho Guedes dos Santos Neto.

JOÃO PESSOA – PB

2026

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

P379d Peixoto, João Vitor Braz.

Deputados classistas na assembleia legislativa da Paraíba (1935-1937) / João Vitor Braz Peixoto. - João Pessoa, 2026.

47 f. : il.

Orientador: Martinho Guedes dos Santos Neto.

TCC (Graduação) - Universidade Federal da Paraíba/Centro de Ciências Humanas letras e Artes, 2026.

1. Deputados classistas. 2. Assembleia legislativa.
3. Paraíba. I. Santos Neto, Martinho Guedes dos. II.
Título.

UFPB/CCHLA

CDU 94(813.3)

JOÃO VITOR BRAZ PEIXOTO

**DEPUTADOS CLASSISTAS NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA PARAÍBA
(1935-1937)**

Data de Aprovação: 10/08/2026

**Prof. Dr. Martinho Guedes dos Santos Neto
Prof. Orientador**

**Profª Drª Monique Guimarães Cittadino
Examinador/UFPB**

**Prof. Dr. Lúcio Flávio Sá Leitão Peixoto de Vasconcelos
Examinador/UFPB**

AGRADECIMENTOS

À minha Mãe, Josimar Pereira Braz, pelo suporte, apoio e cuidado de toda uma vida.

Às minhas amigas Ana Júlia Neves Barbosa e Nathalia Marques Bandeira, cuja amizade foi o maior presente que o curso de História me proporcionou.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Martinho Guedes dos Santos Neto, por me confiar este tema e pela paciência com as diversas reuniões e mensagens, mesmo nos momentos de maior sobrecarga do trabalho.

Aos pesquisadores Renato César Carneiro, Gabriela Garcia Londres e Waldir Porfírio, que me deram as dicas necessárias para alguns dos primeiros passos desta pesquisa.

RESUMO

As discussões desse texto versam sobre as representações parlamentares que marcaram a política brasileira no pós 1930 na Paraíba. Um dos elementos dessa conjuntura foi a institucionalização das representações classistas, que consistiram em deputados estaduais e federais eleitos por associações profissionais e sindicatos reconhecidos pelo Ministério do Trabalho. No caso da Paraíba, foram eleitos para a Assembleia Legislativa da Paraíba (ALPB) e assumiram o mandato Anacleto Vitorino, Joaquim Correia de Sá e Benevides, Raul Nóbrega e Romualdo Rolim. Desta feita, este estudo tem como objetivo discutir essa conjuntura, bem como descrever a atuação parlamentar dos deputados classistas paraibanos. As discussões estão pautadas a partir da pesquisa nas atas da ALPB; no Jornal A União e autores como: Ricci (2020), Carneiro (2011) e Barreto (2016).

Palavras-Chave: Deputados classistas; Assembleia Legislativa; Paraíba

ABSTRACT

This text examines the forms of parliamentary representation that shaped politics in Paraíba during the post-1930 period. A key feature of this context was the institutionalization of "class-based representation," involving state and federal deputies elected by professional associations and labor unions recognized by the Ministry of Labor. In Paraíba, Anacleto Vitorino, Joaquim Correia de Sá e Benevides, Raul Nóbrega, and Romualdo Rolim were elected to the Legislative Assembly of Paraíba (ALPB) and assumed office. Accordingly, this study aims to analyze this political landscape and describe the parliamentary activities of these class-based deputies from Paraíba. The discussion is grounded in research into ALPB minutes, the newspaper "A União", and the work of authors such as Ricci (2020), Carneiro (2011), and Barreto (2016).

Keywords: Classist deputies; Legislative Assembly; Paraíba

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Edição do jornal <i>A União</i> em comemoração a um ano de gestão de Argemiro de Figueiredo	15
Figura 2 – Diploma do deputado classista Anacleto Vitorino	17
Figura 3 – Diploma do deputado classista Romualdo Rolim	17
Figura 4 – Evento em apoio ao governador Argemiro de Figueiredo	40

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. O QUE ERAM OS DEPUTADOS CLASSISTAS.....	9
3. A CONJUNTURA PARAIBANA.....	13
4. A CONSTITUIÇÃO DA PARAÍBA E O PLEITO CLASSISTA.....	15
4.1. Eleição dos Funcionários Públicos.....	18
4.2. Eleição dos Profissionais Liberais.....	18
5. A ATUAÇÃO DOS DEPUTADOS CLASSISTAS NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - ALPB (1935-1937).....	20
5.1. Joaquim Correia de Sá e Benevides.....	20
5.2. Anacleto Vitorino da Silva.....	28
5.3. Raul Nóbrega.....	40
5.4. Romualdo Rolim.....	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
REFERÊNCIAS.....	45

1. INTRODUÇÃO

A história dos deputados classistas da Assembleia Legislativa da Paraíba entre os anos de 1935 e 1937 representa uma verdadeira lacuna na historiografia paraibana. Quase não há jornais que contenham notícias sobre as eleições ou a atuação parlamentar dos deputados, nem documentos que tragam novas informações sobre eles. Até então, devido a essa falta de fontes, nada foi escrito especificamente sobre o tema – quando muito, esses parlamentares são citados como parte da complicada conjuntura das eleições pós 1930 na Paraíba.

Longe de pretender encerrar a discussão com uma análise definitiva sobre o tema, este estudo tem como objetivo oferecer uma primeira discussão sobre esses deputados e sua atuação política na ALPB. Mas por que trazer para o debate esses deputados? A resposta a essa questão não se esgota em apenas algumas linhas, isso porque a conjuntura do pós-1930 na Paraíba esteve mergulhada em acontecimentos políticos densos e cheio de significados, haja vista a conjuntura oriunda do assassinato de João Pessoa, então presidente do estado em 1930¹, bem como todo processo de reorganização do poder e das estruturas do poder político empreendidas por Getúlio Vargas no pós-1930². Outrossim, a institucionalização dos deputados classistas trouxe para a representatividade de poder na ALPB aspectos pouco definidos, ou seja, quais os engajamentos e qual representação de poder constituíam a atuação desses deputados classistas.

As análises acerca da atuação dos deputados classistas na ALPB trouxe outro desafio, a identificação e o acesso às fontes: poucas foram as informações acerca desses representantes classistas no legislativo paraibano, da mesma forma que, os acessos aos jornais e as atas tiveram que ser executados de forma espaçada, haja vista os problemas estruturais do acervo documental das Atas da ALPB, o que nos levou a optar pela leitura minuciosa das referidas ata no jornal *A União*, cujas sessões ocorriam de setembro a dezembro a partir de 1936. Mapear os registros e as informações nos levou ao minucioso trabalho de leitura do jornal *A Imprensa*, dos dados do Tribunal Regional Eleitoral, estudos acadêmicos e biografias que abordaram os deputados classistas: Anacleto Vitorino, Joaquim Correia de Sá e Benevides, Raul Nóbrega e Romualdo Rolim.

¹ Sobre a conjuntura política e o assassinato de João Pessoa ver: RODRIGUES, Inês Caminha Lopes. *A Revolta de Princesa: poder privado x poder instituído*. São Paulo: Brasiliense, 1981 e AIRES, José Luciano de Queiroz. *A fabricação do mito João Pessoa: batalhas de memórias na Paraíba (1930-1945)*. 1. ed. Campina Grande: EDUEFCG, 2013.

² Sobre a Revolução de 1930 e a conjuntura pós-30 ver: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (org.). *O Brasil republicano. O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003 e BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra (org.). *A era Vargas: desenvolvimento, economia e sociedade*. São Paulo: Ed. UNESP, 2012.

2. O QUE ERAM OS DEPUTADOS CLASSISTAS

O código eleitoral de 1932 estabeleceu uma série de mudanças no funcionamento das eleições brasileiras, como o direito ao voto feminino, o voto secreto e a criação dos tribunais eleitorais: Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e dos tribunais estaduais - Tribunal Regional de Justiça Eleitoral (TRJE)³ com a função de organizar e fiscalizar as eleições no Brasil. Dentre as várias mudanças implementadas pelo Código Eleitoral de 1932, destacamos a representação parlamentar das associações profissionais regulamentada pelo artigo 142 do referido código eleitoral de 1932.

“Art. 142. No decreto em que convocar os eleitores para a eleição de representantes á Constituinte, o Governo determinará o número de representantes nacionais que a cada Estado caiba eleger, bem como o modo e as condições de representação das associações profissionais.” (DECRETO Nº 21.076, DE 24 DE FEVEREIRO DE 1932)

Após a leitura do artigo 142, notamos algo peculiar: ele não nos diz nada sobre o que seriam as associações profissionais, nem como deveriam funcionar essas eleições. Portanto, faz-se necessário que entendamos os motivos que levaram a inserção dessa categoria de deputados no Código Eleitoral de 1932 e o que seriam esses deputados, segundo o mesmo Código.

Os deputados classistas eram a representação nas assembleias legislativas e Congresso Nacional das chamadas classes empregadas e empregadoras, uma distinção característica do corporativismo varguista que tinha por objetivo atenuar a luta de classes no Brasil ao enfraquecer o discurso comunista que afirmava ser essa relação irreconciliável (Barbosa, 2014, p. 2). Nesses moldes, iniciaram-se as articulações para a existência desses deputados.

Para a Assembleia Nacional Constituinte, a proposta inicial era de que essas representações fossem divididas em 6 categorias: agricultura; indústria; comércio; transporte; educação e cultura; e serviço público. Cada categoria teria direito a 4 representantes, sendo 2 representantes dos empregados e 2 representantes dos empregadores – só não havia essa distinção na categoria dos funcionários públicos (Barreto, 2016 p. 230). Porém, de acordo com o decreto n. 22.653, de 20 de abril de 1933, estabeleceram-se 40 cadeiras para os deputados classistas nacionais, mantendo a divisão entre empregados e empregadores, tendo cada um 20 deputados – dentre os empregados, estavam incluídos 2 representantes de

³ Na Paraíba, o Tribunal Eleitoral passou a funcionar já em 1932 com a denominação de Tribunal Regional de Justiça Eleitoral da Paraíba.

funcionários públicos e dentre os empregadores, 3 representantes dos profissionais liberais (Barreto, 2016 p. 232).

As eleições ocorriam em diferentes instâncias e de forma sucessiva, iniciando com um processo eleitoral nos sindicatos e associações profissionais devidamente reguladas no Ministério do Trabalho Indústria e Comércio, passando para uma convenção estadual e, por fim, uma convenção nacional – para as Assembleias Legislativas, a última etapa era a convenção estadual. As vagas de cada categoria eram disputadas por diversos sindicatos e associações que se encaixassem nas suas respectivas especificidades. As regras para o pleito classista nas Assembleias Legislativas seriam definidas nas constituições de cada estado (Barreto, 2016 p. 230).

A medida foi motivo de muita polêmica entre os políticos da época, pois a representação classista deixava expresso nas leis eleitorais que havia uma disparidade de forças entre o poder político dos trabalhadores e o patronato no Brasil, tendo as eleições classistas o papel de pôr fim a essa disparidade. Tal ideia parecia ir de encontro com os princípios liberais do código eleitoral de 1932, uma vez que o liberalismo clássico pregava o livre mercado, ou seja, a não interferência do poder público na economia, pois essa corrente ideológica não reconhece que existam classes sociais inseridas em um conflito onde uns têm vantagens (empregadores) e outros desvantagens (empregados). Essa medida não só às reconhecia como estabeleceu uma política pública para resolvê-las (Barreto, 2016 p. 230-231).

A visão do governo Vargas com relação ao liberalismo e ao Estado corporativista pode ser melhor compreendida a partir da fala de João Maria de Lacerda, diretor do Departamento Nacional da Indústria e Comércio, em conferência da Associação Comercial de 1938:

“Dentro das novas concepções econômicas agitam-se, como fator metal da crise universal, três doutrinas: a liberal, que ainda não morreu de todo, a comunista e a corporativista. A primeira, a liberal [...] É que ela pressupõe que o maior benefício social que pode tirar do trabalhador se obtém automaticamente, sob a forma de uma lei natural, resultante da livre concorrência entre os indivíduos tomados isoladamente, egoisticamente. Assim, o indivíduo pode abusar desta liberdade e tirar dela os maiores proveitos pessoais, conduzindo a autodestruição pelo domínio do mais forte, do mais poderoso. A segunda, a comunista [...] É a existência de liberdade econômica e a burocratização da economia, e a criação do abuso que gera a estagnação matando o estímulo, a crença e a fé. A terceira, a corporatista [...] É que ela pressupõe que o maior benefício que a sociedade pode tirar de seu trabalho só se pode obter pela disciplina das atividades econômicas, postas em harmonia com os fins a que se propõe o Estado. As suas diretrizes são bem comum, o interesse nacional e a organização” (Lacerda, 1938 apud Barbosa, 2014, p. 18)

O tema era tão controverso, que o artigo 142 sequer existia na versão original do documento produzido pela “subcomissão de reforma da lei e processos eleitorais”, cuja composição tinham: Mário Pinto Serva⁴, Assis Brasil⁵ e Rocha Cabral⁶. Dentre eles, os dois primeiros publicaram livros em que criticavam abertamente a medida, e o último não comentou sobre o assunto. Até mesmo o Tribunal Superior da Justiça Eleitoral (TSJE), se manifestou contra a medida, ao deliberar que os deputados classistas não deveriam ter direito ao voto na Assembleia Nacional Constituinte, mas que servissem apenas como um órgão consultivo (Barreto, 2016, p. 230-231).

Apesar dessas polêmicas, o Governo Provisório decidiu pela implementação das eleições de representantes das associações profissionais numa reunião ministerial ocorrida em 1 de abril de 1933. A decisão foi oficializada quatro dias depois pelo decreto 22.621 (Barreto, 2016, p. 230-231). Na Assembleia Nacional Constituinte, membros do Clube Três de Outubro⁷ apresentaram a proposta do “Anteprojeto da lei de sindicalização e representação política das classes” (Clube Três De Outubro, 1935, p. 351) como forma de fazer valer a decisão do governo na nova constituição. Além disso, o próprio Getúlio Vargas falou sobre o assunto em um discurso proferido em 1931:

“O programa da Revolução reflete o espírito que a inspirou e traça o caminho, para o ressurgimento do Brasil: institui o aumento da produção nacional, sangrada por impostos que a estiolam; [...] modifica o regime representativo, com a aplicação de leis eleitorais previdentes, extirpando as oligarquias políticas e estabelecendo, ainda, a representação por classes em vez do velho sistema de representação individual, tão falho como expressão da vontade popular...” (Vargas, Getúlio, 1938, p. 80-81).

Mas, por que o Governo Provisório defenderia a representação de classes nas câmaras estaduais e federal? Ora, a representação das associações profissionais não foi a única medida

⁴ Mario Pinto Serva foi um advogado, jornalista e político conhecido por seus debates sobre educação publicados em artigos de alguns jornais paulistas, em especial *O Estado de São Paulo*. Também foi deputado estadual por São Paulo em 1934 (Simão, Alexandre. 2020, p. 25 – 33).

⁵ Joaquim Francisco de Assis Brasil foi um político, diplomata e teórico dos sistemas eleitorais no Brasil. Também é conhecido por liderar a Revolução de 1923, quando a oposição gaúcha se revoltou contra o quinto mandato seguido de Augusto Borges de Medeiros, presidente do estado. Sua participação na criação do código eleitoral de 1932 foi a última contribuição expressiva de Assis Brasil para a política brasileira. Cf. Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul. *Joaquim Francisco de Assis Brasil – Vida e legado*.

⁶ João Crisóstomo da Rocha Cabral foi um político e jornalista piauiense conhecido por sua participação na criação do código eleitoral de 1932. Quando jovem, ainda no Império, também foi um militante pelas causas abolicionista e republicana. Cf. LOPES, Raimundo Helio. *Cabral, João Crisóstomo da Rocha*. In: CPDOC/FGV. *Dicionário Histórico-Biográfico da Primeira República*.

⁷ O Clube Três de Outubro foi uma agremiação que reuniu as principais figuras do tenentismo e tinha como objetivo apoiar o Governo Provisório e pressioná-lo para que fossem cumpridas uma série de reformas que esse grupo considerava como essenciais para o andamento da revolução. Seu surgimento data das crescentes tensões entre o governo paulista e o Governo Provisório, onde o clube desempenhou a função de base política do regime (Macedo, Allony Rezende de Carvalho. 2020, p. 6-7)

aparentemente não liberal adotada por Getúlio após 1930. A própria oficialização dos sindicatos pode ser citada como exemplo, e mesmo a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) de 1943, que apesar de ocorrer anos após os acontecimentos aqui analisados, foram medidas adotadas pelo mesmo governo e representaram uma ruptura direta com a ideologia liberal clássica.

Apesar disso, não podemos afirmar que o governo de Getúlio Vargas tenha rompido com o liberalismo econômico, uma vez que essas leis foram articuladas com o objetivo de manter sob controle os movimentos da classe trabalhadora, considerando que somente os sindicatos oficiais – devidamente registrados pelo Ministério do Trabalho – eram válidos. Além disso, o modelo operacional da eleição classista foi determinado pelo Governo Provisório, com base na ideia de que essa medida promoveria equilíbrio entre as chamadas classes de empregados e empregadores.

Em fevereiro de 1932, quando Getúlio Vargas promulgou o código eleitoral, havia a tentativa de oferecer uma roupagem democrática ao Governo Provisório, como forma de conquistar o apoio popular e driblar a oposição, que acusava o novo governo de ser uma ditadura (Ricci; Zulini. 2020, p. 4 - 6). Evidente que, apesar disso, essa reforma nas eleições brasileiras representou avanços significativos em comparação com a Primeira República (1889-1930), pois “não se trata de negar os avanços formais desenhados pela reforma, mas de contextualizá-los” (Ricci; Zulini, 2020, p. 3). Devemos entender que nesse momento, Getúlio Vargas consolidava sua imagem de “aliado dos trabalhadores”, vendendo-se como seu verdadeiro libertador, em contraposição aos comunistas “subversivos”, vistos como uma ameaça à ordem e à unidade nacional alcançada com a revolução.

Com essa roupagem democrática Getúlio Vargas conseguiu utilizar os interventores – apontados pelo governo como garantidores da democracia conquistada pela revolução – para formar maioria nas Assembleias Legislativas e no Congresso Nacional. A articulação se deu da seguinte forma: os interventores formavam os partidos estaduais, favorecidos pelo cargo que ocupavam e, conseqüentemente, conseguiam aglutinar diversas forças políticas que se acabavam por serem beneficiadas pelo governo.

Uma vez formado o partido, a força política dos grupos – agora alinhados com o governo – apoiavam as medidas do governo como forma de cumprir o acordo inicial, seja nas Assembleias Legislativas, seja no Congresso Nacional. Dessa forma, Vargas criou as condições para centralizar o poder político nas mãos do executivo nacional através de eleições democráticas de 1933/1934 (Ricci; Zulini, 2020, p. 6-10).

Tal estratégia demonstrou-se muito eficaz, uma vez que a configuração das Assembleias Legislativas contavam, a despeito de raríssimas exceções – como Rio de Janeiro e Maranhão – com mais de 80% de membros situacionistas (apoiadores do governo). Nesse processo, o governo impôs uma dura derrota a seus opositores à esquerda e à direita. Desta feita, Getúlio Vargas se fortaleceu politicamente.

3. A CONJUNTURA PARAIBANA

Na Paraíba, o partido que cumpriu a função de unir as forças políticas do estado foi o Partido Progressista da Paraíba (PP), organizado por José Américo, o primeiro interventor do estado (de novembro a dezembro de 1930), que deixou o cargo para ocupar o Ministério de Viação e Obras Públicas⁸. Em 1935, interventor Argemiro de Figueiredo, indicado pelo então Ministro da Viação e Obras Públicas, José Américo de Almeida, se apresentava como aquele que “além de ter valor pessoal, [Argemiro] pode consolidar a política de Campina Grande” (Almeida, 1932, p. 1. apud Silva, 2020, p. 112. Adendo nosso). Ou seja, para José Américo, Argemiro teria a capacidade de pacificar o estado ao unir a força dos coronéis sob o novo regime. Sua análise estava correta.

Evidente que essa ideia não surgiu do nada, já que Argemiro era natural de Campina Grande e membro de uma família tradicional na região – seu pai, por exemplo, havia sido chefe da política campinense por cerca de 20 anos, ainda na Primeira República (Silva, 2020, p. 109). Para Jean Blondel “o fato do Sr. Argemiro de Figueiredo ser de Campina Grande dava-lhe mais facilmente acesso ao Sertão. Apoiado no meio rural, esta organização, de algum modo, duplicava a ação dominadora de Campina Grande em matéria econômica” (Blondel, 1957; p. 135-136). Assim se consolidou o argemirismo (nome pela qual ficou conhecida a hegemonia de Argemiro na política do estado), que teve como base a pacificação com as oligarquias e a repressão aos trabalhadores (Silva, 2020, p. 112-118).

Para pacificar as oligarquias em torno do projeto do novo governo, que se instalava no Brasil não bastava ser descendente de uma grande família, era também necessário adotar políticas públicas com capacidade para atender aos interesses desses grupos. Dessa forma, foi

⁸ Com a saída de José Américo da Interventoria em 1930, o seu substituto, indicado por Getúlio Vargas, foi o interventor Anthenor Navarro (1930-1932), cuja administração procurou seguir uma linha de ação próxima dos ideais tenentistas, de modo a consolidar o processo de centralização política e administrativa do estado paraibano sem a participação dos grupos oligárquicos locais, Anthenor Navarro deixou o cargo em 1932, quando faleceu em um acidente de avião; seu substituto, Gratuliano de Brito (1932-1935) indicado por José Américo, operou uma atuação que iniciou um processo de reaproximação das lideranças oligárquicas no estado. Gratuliano de Brito permaneceu no poder até ser substituído por Argemiro de Figueiredo como interventor (1935-1940).

através da aproximação política com as grandes famílias e o incentivo aos produtores de algodão que esses interesses foram atendidos. Marcos Odilon Ribeiro Coutinho resume o clima entre os coronéis e o governo:

“Nos corredores palacianos, os coronéis andavam de reúnas e esporas, tudo como se estivessem em seus currais. Sentiam-se em casa. E, o Governador a chamar para junto de si, os Ribeiros Coutinhos, os Gaudências, os Nóbregas, os Cunha Lima, Os Bezerra Cavalcanti, os Nascimento, os Maías, os Gadêlhas, Gonçalves Arantes. Gente de bem na opinião de Argemiro, gente de bens nos cadastros bancários” (Coutinho, 1988, p. 83 e 84 apud Silva, 2020, p. 115).

Ou seja, tratava-se de um governo que dava liberdade e atenção às demandas dos coronéis, e dentre essas demandas, a questão do algodão estava na ordem do dia.

Em 1918, os cafezais do Sudeste foram destruídos por uma geada. A solução do governo à época foi diversificar a economia da região, com a implantação do cultivo do açúcar e algodão. Onze anos depois (1929), com a Crise da Bolsa de Valores estadunidense, a importação do café brasileiro sofreu mais um duro golpe e o Estado decidiu por ampliar ainda mais a produção algodoeira. Com a atenção do Estado brasileiro voltado para o Sudeste, a Paraíba, histórica produtora de algodão, perdeu espaço na economia nacional. Além disso, o crescimento da demanda da Alemanha e do Japão expandiu o mercado no Sudeste (Santana, 1999, p. 169-170).

Com a crise econômica gerada pela Grande Depressão e a crise na produção cafeeira no Brasil, veio a crise política que teve a Revolução de 1930 como resultado. Como já foi visto anteriormente, a centralização política foi uma das pautas do novo governo, pois essa era uma forma de desenvolver a indústria e modernizar o capitalismo brasileiro. A região Sudeste – já há alguns anos a mais rica do país – tinha as condições para esse desenvolvimento industrial, e o favorecimento da produção algodoeira, especialmente em São Paulo, fornecia os recursos para tal. Crescia a desigualdade de concorrência entre o Sudeste e o Nordeste brasileiro e com essa conjuntura, os produtores paraibanos de algodão foram desfavorecidos (Santana, 1999, p. 171-172).

Em tal cenário, as oligarquias paraibanas decidiram enviar a Argemiro um memorando pedindo a redução dos impostos sobre o algodão e melhores condições de financiamento. Atendendo-os, o governador da Paraíba, assessorado por Lauro Montenegro, secretário de agricultura e produção do estado, tomou a seguinte medida: o território paraibano foi dividido em 12 áreas de inspetoria – conforme condições geológicas, climáticas e capacidade produtiva da terra – cada uma sob a responsabilidade de um agrônomo. Para completar, o

governador conseguiu créditos subsidiados pelo Ministério da Agricultura para esses produtores (Santana, 1999, p. 175-176).

Figura 1 – Edição do Jornal A União em comemoração a um ano de gestão de Argemiro de Figueiredo.



Fonte: Jornal A União, 25 de Janeiro de 1936, p.1

Além disso, a elite intelectual do estado, atuando por meio dos jornais, tratava de elogiar diariamente a gestão do governador. Dentre esses periódicos, destaca-se o órgão oficial do estado, “A União”, que chegou a ter uma edição em homenagem a um ano de gestão de sua gestão, como pode-se constatar na Figura 1. Argemiro despontava como chefe absoluto da política do estado (Silva, 2020, p. 116). O poder acumulado por Argemiro foi de tal proporção que as forças ligadas ao interventor e aglutinadas sob a sigla do Partido Progressista da Paraíba, estavam consolidadas desde as eleições para a Assembleia Legislativa em 1934, quando somavam 90% dos eleitos (Carneiro, 2011, p. 120).

4. A CONSTITUIÇÃO DA PARAÍBA E O PLEITO CLASSISTA

A Constituição do Estado da Paraíba foi aprovada no dia 10 e promulgada no dia 12 de maio de 1935. Nela, dentre outras coisas, estavam contidas as informações acerca das eleições classistas na Paraíba referentes aos deputados da Assembleia Legislativa do estado. Dessa forma, a sede do poder legislativo da Paraíba seria composta pelos deputados já eleitos no pleito para a Assembleia Constituinte – que ocorreu em 14 de outubro de 1934 – e pelos deputados classistas eleitos por associações profissionais, de acordo com as regras estabelecidas na constituição do estado (Fernandes. 2009, p. 162), que no segundo parágrafo de seu artigo 13 trazia as seguintes disposições:

“§2º - Os deputados das profissões serão eleitos por suffragio indirecto das associações profissionais, compreendidas para esse effeito com os grupos affins respectivos, nas quatro categorias seguintes:

- a) indústria, lavoura e pecuária;
- b) commercio e transportes;
- c) profissões liberaes;
- d) funcionarios públicos.

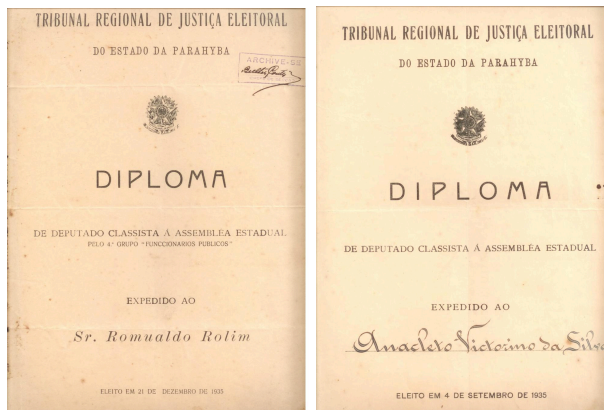
As duas últimas classes darão, cada uma, um deputado e as duas primeiras, cada uma, dois deputados, sendo um representante das associações de empregados e outro das de empregadores, eleitos todos mediante suffragio secreto, igual e indirecto, em graus successivos.” (Constituição do Estado da Parahyba – 1935. In: Fernandes, 2009, p. 218).

Apesar da lei ditar que deveriam haver seis deputados classistas na Assembleia Legislativa, foram eleitos apenas quatro, um por cada categoria. Essa situação pode ser explicada pela confusão inicial que a legislação classista gerou no Tribunal Eleitoral paraibano. Os desembargadores da justiça eleitoral pediram informações à Assembleia Legislativa da Paraíba e ao Tribunal Superior de Justiça Eleitoral em busca de obter esclarecimentos sobre o tema em reunião do dia 27 de abril de 1935 (Brasil. Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, 2015, p. 93). A resposta veio na reunião do dia 10 de julho do mesmo ano, quando o presidente do tribunal informou ter recebido um referendo eleitoral contendo as instruções para o pleito classista (Brasil. Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, 2015, p. 117). O conteúdo do referendo não foi divulgado na ata da sessão, mas foi certamente baseado nele que decidiu-se por validar apenas quatro vagas de deputados classistas para as eleições.

Também constava na constituição estadual, no segundo artigo de suas disposições transitórias, que as eleições classistas deveriam ocorrer sessenta dias após a promulgação da carta. O prazo não foi cumprido, tendo as eleições dos funcionários públicos ocorrido somente no dia 18 de julho de 1935, do transporte e comércio no dia 4 de setembro daquele

ano e dos profissionais liberais no dia 5 do mesmo mês. Devido à circunstâncias ainda desconhecidas para nós, Raul Nóbrega somente foi eleito no dia 10 de junho de 1936.

Figuras 2 e 3 – Diplomas dos deputados classistas Anacleto Vitorino (esquerda) e Romualdo Rolim (direita)



Fonte: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA. *História - 1ª fase: eleições*. In: *Memorial da Justiça Eleitoral da Paraíba – Memorial da Democracia*. João Pessoa: TRE-PB, [s.d.]. Disponível em: <https://apps.tre-pb.jus.br/memorial/index-menu.php?menu=historia1&conteudo=eleicoes>. Acesso em: 5 ago. 2026.

TRANSPORTE E COMÉRCIO

“Foi eleito deputado classista como empregado pelo grupo do comercio e transporte o sr. Anacleto Vitorino da Silva que obteve dois votos”
(Jornal a Imprensa, 5 de setembro de 1935)

CLASSES LIBERAIS

“Reuniu-se, ontem, às 14 horas no Tribunal de Justiça Eleitoral o corpo de delegados eleitores classistas do ramo das profissões liberais para a escolha do deputado classista [...]

Procedido o escrutínio verificou-se o seguinte resultado:

Dr. Aristides Vilar 2 votos e dr. Mateus de Oliveira 2 votos e para suplentes: dr. José Benevides 2 votos e sr. Rocha Barreto 2 votos”
(Jornal a Imprensa, 6 de setembro de 1935)

FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS

“Realizou-se, ontem, nesta capital á Rua Duque que Caxias, 28, sede da Associação dos Funcionários Públicos a grande reunião dos membros dessa classe para a eleição do seu delegado-eleitor ás eleições classistas. [...]

Foi proclamado então delegado-eleitor dos Funcionários Publicos o dr. João Medeiros, medico escolar nesta capital.”
(Jornal a Imprensa, 19 de julho de 1935)

INDÚSTRIA, LAVOURA E PECUÁRIA

“TRIBUNAL REGIONAL DE JUSTIÇA ELEITORAL DO ESTADO DA PARAÍBA – AVISO – O director da Secretaria do Tribunal Regional de Justiça Eleitoral do Estado da Parahyba faz publico, para conhecimento dos interessados que, em sessão de hoje, foi proclamado deputado classista, á Assembléa Legislativa do Estado, pela 1ª categoria Industria, Lavoura e Pecuaria, o cidadão Raul Nobrega, do Sindicato Agro Pecuario de Alagôa Grande.

O candidato proclamado eleito, para efeito da expedição de diploma, deverá, dentro do prazo de dez dias, satisfazer as exigências do art. 19 das instruções expedidas pelo Tribunal Superior de Justiça Eleitoral.

João Pessoa, 10 de junho de 1936.

Carlos Bello Filho, director.

(Jornal A União, 11 de junho de 1936, p. 6)

Dessas, a única que ocorreu sem maiores problemas foi a referente ao transporte e comércio, onde foi eleito o deputado Anacleto Vitorino.

4.1. Eleição dos Funcionários Públicos

Como consta na citação acima, no jornal *A Imprensa* do dia 19 de julho de 1935, foi noticiado que João Toscano Gonçalves Medeiros, havia sido eleito como delegado-eleitor que representaria a categoria, após disputar essa eleição com Romualdo Rolim. Entretanto, foi justamente o segundo colocado quem tomou posse no ano seguinte. Mas como isso aconteceu?

Após a vitória de João Medeiros, o Procurador Regional Eleitoral do estado da Paraíba, Sabiano Maia, anulou sua eleição pois, para o então procurador, no pleito preliminar da categoria, haviam votado funcionários sem os compromissos regulamentares em dia. A decisão foi confirmada no dia seguinte e a eleição remarcada para o dia 22 do mesmo mês. Ainda nesta matéria constava que o mesmo João Medeiros impugnado pelo Procurador, solicitou a impugnação de Sizenando Costa, da Associação de Professores Primários, com a justificativa de que a associação não poderia concorrer às eleições dos funcionários públicos, uma vez que era uma sociedade mista e contava com membros votantes que não faziam parte da categoria. Dias depois, a solicitação foi acatada (Jornal A Imprensa, 1935, p. s/p).

Até mesmo quando enfim ocorreu, no dia 22 de julho de 1935, a nova eleição da Associação dos Funcionários Públicos entre Romualdo Rolim e João Medeiros e a vitória atribuída ao primeiro por 232 contra 80 votos, a eleição foi novamente anulada por Sabiano Maia. O então procurador acatou o pedido de impugnação de um Milton Fagundes – a matéria da Imprensa não descreve quem ele era. Não havendo mais possíveis representantes dos funcionários públicos, a categoria ficou sem representação na Assembleia Legislativa, que iniciou seus trabalhos em outubro daquele ano. Não conformado com a decisão do procurador, Romualdo Rolim recorreu, venceu o processo, e teve vitória eleitoral confirmada no dia 15 de janeiro de 1936 como deputado classista (Jornal A Imprensa, 1936, p. s/p).

4.2. Eleição dos Profissionais Liberais

O pleito dos profissionais Liberais foi menos complexo que a eleição dos funcionários públicos, porém mais controverso. O auge das controvérsias se deu mais de um mês após o seu fim, no discurso proferido por Joaquim Correia de Sá e Benevides, então deputado estadual classista eleito pela já citada categoria, em outubro de 1935, dia de sua posse.

A referida eleição foi noticiada pelo Jornal A Imprensa, cuja disputa do dia 5 de setembro se deu entre duas chapas, a primeira formada por Aristides Villar (titular) e Sá e Benevides (vice); e a segunda por Mateus de Oliveira (titular) e Rocha Barreto (vice). Compareceram ao local da eleição apenas quatro representantes da categoria dos profissionais liberais: o médico José Vandregisclo; o advogado Francisco Lianza; o jornalista Rocha Barreto (o único dos candidatos que votou nesse dia); e o dentista Jason Lima. Cada chapa recebeu dois votos, resultando em um empate. Dessa forma, foi marcada uma nova eleição para o dia seguinte, e no caso de um novo empate, seria empossado o candidato mais velho (Jornal A Imprensa, 11 de outubro de 1935, p. s/p).

Do novo pleito saiu vitorioso Aristides Villar, que tomaria posse como deputado classista pela classe dos profissionais liberais. Porém, ele foi considerado inelegível pelo Tribunal Regional de Justiça Eleitoral por não ser sócio da Sociedade de Medicina e Cirurgia da Paraíba, sendo nomeado o seu suplente, Sá e Benevides. Mateus de Oliveira, da outra chapa, tentou impugnar a nomeação da suplência, afirmando que Sá e Benevides não exercia a profissão de médico na capital paraibana, mas ele recorreu provando o contrário, no que foi acatado pela justiça eleitoral. Sua posse ocorreu em outubro de 1935, juntamente com o deputado classista do transporte e comércio, Anacleto Vitorino – os demais representantes das associações de classe foram empossados posteriormente (Jornal A Imprensa, 8 de outubro de 1935, p. s/p). Na sessão seguinte a sua posse, Sá e Benevides fez um discurso onde detalhou alguns acontecimentos da eleição e fez uma denúncia à pessoas ligadas ao governador da Paraíba à época, Argemiro de Figueiredo (Jornal A Imprensa, 11 de outubro de 1935, p. 1-6).

A primeira questão levantada pelo deputado sobre o pleito dos profissionais liberais foi a de que as chapas originais não eram aquelas que apareceram nas notícias dos jornais. Na realidade, a chapa de Sá e Benevides era composta por Jason Alves de Lima como titular e ele como suplente, e a de seus adversários por Rocha Barreto como titular e Francisco Lianza como suplente.

Contudo, na manhã da eleição, a chapa de Rocha Barreto decidiu mudar repentinamente sua configuração, apresentando como titular Mateus de Oliveira, um

candidato mais velho – uma forma de aproveitar da indicação do mais velho como vencedor em caso de empate. De acordo com Sá e Benevides, essa articulação se deu com o objetivo de que Mateus de Oliveira renunciasse assim que eleito, dando lugar a Rocha Barreto. Em resposta, a chapa de Sá e Benevides indicou o nome de Aristides Vilar como titular, também mais velho. O resultado já conhecemos: o empate resultou em uma nova eleição que terminou com Aristides Vilar vitorioso, e uma vez este impedido de assumir, Sá e Benevides tomou posse como deputado classista pelos profissionais liberais.

Foi justamente no período de tempo entre essas duas eleições que, nas palavras de Sá e Benevides “Conhecido o resultado do pleito, [um] membro do governo se apressou em telegrafar ao dr. Aristides Vilar, fazendo-lhe insinuações no sentido de obter que esse médico renegasse aqueles que lhe sufragaram o nome” (Jornal A Imprensa, 11 de outubro de 1935, p. 6. Adendo nosso). Esse membro do governo a quem ele se referia era José Mariz, secretário do interior do estado da Paraíba, e o telegrama é o que se segue:

“Dr. Aristides Vilar.

ITABAIANA

Seu nome indicado deputado classista pt Peço amigo não se comprometer
pessoa alguma sem falar comigo

José Mariz – Secretario do Interior”

(Jornal A Imprensa, 11 de outubro de 1935, p. 6)

Ou seja, de acordo com o deputado classista, elementos do governo estavam favorecendo a candidatura de Rocha Barreto e se utilizando de meios ilegais para garantir sua vitória. Nessa lógica, o esforço em garantir a impugnação seriam as últimas tentativas desesperadas para impedir a posse de Aristides Vilar ou de Sá e Benevides. O deputado termina seu discurso saudando a decisão do Tribunal Eleitoral da Paraíba por não ter cedido a pressões políticas e ainda adotou uma postura dual para com o governador Argemiro de Figueiredo, ao dizer que: ou ele foi cúmplice desse favorecimento, ou deixou que “politiqueiros” (termo utilizado no discurso) manchassem a imagem de seu governo.

5. A ATUAÇÃO DOS DEPUTADOS CLASSISTAS NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - ALPB (1935-1937)

5.1. Joaquim Correia de Sá e Benevides

Na ocasião de inauguração da nova sede da Assembleia Legislativa da Paraíba, em 24 de janeiro de 1935, coube aos parlamentares eleger de forma indireta o governador do estado

e dois senadores. Como governador, foi sufragado o nome de Argemiro de Figueiredo, e para senadores, José Américo de Almeida e Manuel Veloso Borges. Porém a decisão não foi unânime, já que houveram três votos brancos para o governo do estado, e os mesmos três votos para Eptácio Pessoa⁹ e Castro Pinto¹⁰ para senadores. Essa voz isolada que se impunha diante de uma esmagadora maioria situacionista era a bancada do Partido Republicano Libertador (PRL), que se colocava como oposição naquele contexto. Seus membros eram, Ernani Sátiro¹¹, Fernando Pessoa e Severino de Lucena¹² (Fernandes, 2009, p. 174 – 176).

Após a votação, Fernando Pessoa ocupou a tribuna para uma declaração. No discurso, o deputado dizia ser óbvio que aqueles três votos vinham da bancada do Partido Libertador, mas que os colegas parlamentares não deveriam entendê-los como represália ao Partido Progressista, nem muito menos ao governador Argemiro de Figueiredo. A atitude da bancada se dava em decorrência de a situação estar em oposição à oposição e vice e versa, configurando uma realidade de confronto mútuo, e portanto era necessário que houvesse um ponto de vista destoante. O orador acrescentou, também, que o então eleito governador ainda não havia apresentado o seu plano de governo, deixando assim a oposição em estado de expectativa quanto ao que ele pretendia. Porém, se Argemiro fizesse uma gestão que “rumasse sempre para um bom caminho”, a oposição jamais se negaria a prestar apoio parlamentar ao seu governo (Fernandes, 2009, p. 176).

É notável a semelhança entre a retórica de Fernando Pessoa já no primeiro dia de sua atuação como parte do poder legislativo estadual com o discurso de Sá e Benevides. A aproximação deste último com Eptácio Pessoa aparece de forma evidente, quando ele diz que “Da política como já disse e repito, despedi-me sem saudades desde o momento em que o meu eminente e único chefe Dr. Eptácio Pessoa resolveu dela afastar-se” (Benevides. In:

⁹ Eptácio Lindolfo da Silva Pessoa (1865 – 1942) foi um político e jurista paraibano que figurou como principal líder da política do estado entre as décadas de 1910 e 1920. Sua presença na política da Paraíba já era sentida nos primeiros momentos do governo republicano quando fez parte da gestão de Venâncio Neiva. Eptácio galgou espaço na política nacional, ocupando os cargos de deputado federal, senador, ministro do STF e presidente da república. O auge de seu domínio oligárquico na Paraíba se deu durante a sua presidência com as obras contra as secas. Mesmo após a mudança de regime em 1930, Eptácio ainda gozava de grande prestígio político na Paraíba. Cf. DIAS, Sônia. *Eptácio Pessoa*. In: FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. *Atlas Histórico do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV CPDOC, [s.d.].

¹⁰ João Pereira de Castro Pinto (1863 – 1944) foi um político paraibano que atuou como governador do estado durante o período da oligarquia epitacista. Cf. FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. *João Pereira de Castro Pinto*. In: *Dicionário Histórico-Biográfico da Primeira República*. Rio de Janeiro: FGV CPDOC, [s.d.].

¹¹ Ernani Aires Sátiro e Sousa (1911 – 1986) foi um político, fazendeiro e escritor paraibano natural da cidade de Patos (PB). Foi deputado estadual e federal pela Paraíba, além de ter ocupado os cargos de prefeito de João Pessoa e governador do estado. Cf. FUNDAÇÃO ERNANI SÁTYRO. *Cronologia de Ernani Satyro*. Patos: Fundação Ernani Sátiro, [s.d.].

¹² No decorrer do presente estudo, não encontramos informações a respeito desses dois últimos deputados da oposição.

Jornal A Imprensa. 11 de outubro de 1935, p. 2). Sua relação de dualidade para com o governador do estado ficou também evidente quando acusou o secretário do interior paraibano de tentar interferir no processo eleitoral da categoria, mas exime Argemiro de culpa até que se prove o contrário. Dessa forma, Sá e Benevides passou a ocupar uma espécie de cadeira não oficial na bancada do PRL, pelo menos nos primeiros meses de seu mandato.

Mesmo atuantes – e certas vezes barulhentos – os membros da bancada oposicionista costumavam ter suas pautas esmagadas pela imensa situação que barrava qualquer discussão crítica ao governo, como se tais críticas fossem uma tentativa de trazer casos policiais ou pessoais que não condizem com as competências do legislativo.

Ainda na segunda sessão da ALPB, em 9 de outubro de 1935, quando Sá e Benevides realizou o seu já citado discurso, ocorreu uma confusão entre ele e os situacionistas. Em um primeiro momento, Octávio Amorim, líder da bancada governista, aparteou o deputado classista dizendo que Argemiro jamais interferiu nas eleições classistas, nem mesmo em Campina Grande, de onde é natural. Em seguida, o deputado Fernando Nóbrega, que atuou como advogado de Mateus de Oliveira, defendeu José Mariz das acusações e afirmou que continuava acreditando que Sá e Benevides não poderia ser eleito, pois o candidato a deputado de sua chapa havia sido impugnado, ele [Sá e Benevides] não era suplente de ninguém, e portanto o vencedor era Mateus de Oliveira, sem concorrentes (Jornal A União, 10 de outubro de 1935, p. 1).

A retórica da situação então voltou-se para acusar Sá e Benevides de trazer questões pessoais e que deveriam ser resolvidas na justiça, e não na assembleia. Por fim, o Jornal A União dedicou uma parte da edição daquele dia a um discurso proferido pelo deputado João de Vasconcellos, onde ele caracterizou a oposição de desorientada e facciosa (Jornal A União, 10 de outubro de 1935, p. 1-3). A bancada oposicionista não tinha força na assembleia ou espaço na mídia. Eram sufocados politicamente por todas as frentes.

Em meio a acusações e desentendimentos no legislativo paraibano, as brigas entre oposição e governistas intensificaram-se a cada dia. A bancada do Partido Republicano Libertador passou a adotar a postura de ir contra toda e qualquer medida do Partido Progressista. Sá e Benevides acompanhou essa tendência até a greve de 1935.

Ao final do mês de outubro de 1935, no dia 22, Fernando Pessoa chegou a pedir a perda do mandato de Lauro Wanderley, com base numa decisão do Tribunal Regional de Justiça eleitoral que considerou seu mandato ilegal por acúmulo de cargos, uma vez que este exercia a profissão de médico em uma maternidade como funcionário demissível *ad nutum*, o que tornaria seu mandato proibido por lei. O deputado oposicionista disse ainda que o caso foi

arquivado, pois o presidente da Assembleia não sugeriu nada acerca da perda do mandato. Como Lauro Wanderley não estava presente, a bancada progressista solicitou que o assunto fosse novamente discutido em outra sessão (Jornal A União, 23 de outubro de 1935, p. 1).

A chamada do resumo referente a sessão seguinte presente no Jornal A União foi a que segue: “O sr. Lauro Wanderley produz eloquente discurso, lendo farta documentação jurídica acerca da legalidade de continuar no posto que ocupa na Assembléa” (Jornal A União, 24 de outubro de 1935, p. 1). Fernando Pessoa não compareceu à sessão, mas Sá e Benevides justificou sua ausência dizendo que o deputado visitava um familiar doente. Em seguida, a bancada progressista votou uma moção de apoio do partido ao deputado, que foi aprovada. Sá e Benevides e Anacleto Vitorino disseram não serem contra ou a favor da moção pois não eram políticos (Jornal A União, 24 de outubro de 1935, p. 1).

Se colocar como não político parece ser algo esperado dos deputados classistas. Tal expectativa era condizente com as discussões que precederam a implementação dessas representações, principalmente quando lembramos a ideia de que a representação classista se configurava apenas de caráter consultivo. Técnicos, não políticos. Essa linguagem política que permeou a conjuntura da época pode ser vista nos exemplos aqui citados quanto aos confrontos entre oposição e situação na Paraíba. A retórica governista, sempre que pretendia desmoralizar a oposição, apontava que um determinado assunto não era de competência da Assembleia. E quais seriam? Apenas aqueles que tivessem relação com a administração da máquina pública. A “revolução” havia transformado o Brasil e o país estava rumando na direção correta, cabia aos deputados possuir a habilidade de guiar a vida pública nesse rumo.

Foi possivelmente atendendo a essas expectativas que Sá e Benevides se envolveu em sua maior discordância com a oposição, na conflagração da Greve de 1935. A primeira vez que o assunto apareceu nas sessões da Assembleia foi em 5 de novembro de 1935, quando Anacleto Vitorino, deputado classista pelo comércio e transporte, declarou apoio aos grevistas e elogiou a administração de Argemiro por consentir que os trabalhadores discutissem a situação em seus sindicatos – a postura de Anacleto quanto à atuação do governo durante a greve mudou, na medida em que a gestão do executivo estadual iniciou ações truculentas para combater o movimento (Jornal A União, 6 de novembro de 1935, p. 8).

No dia seguinte, a greve voltou a ser assunto na casa, agora com o deputado Duarte Lima afirmando que os trabalhadores da capital estavam sendo usados por figuras subversivas, que procuravam tomar o poder utilizando a classe, propondo ainda uma moção de apoio ao governo estadual na repressão aos grevistas.

“Vem á tribuna o sr. Duarte Lima que, num discurso eloquente e brilhante, se refere ás agitações operarias que, de alguns dias a esta parte, vinha sendo theatro esta cidade.

Declara sua exc. Que não é contrário ás reivindicações operarias porém o era contra a exploração dos interessados: daqueles que vivem á tripa fôrra, por ahí afôra, apenas se utilizando dessas ocasiões para, com maior facilidade, escalarem as posições de mando. Era contrario, repetia, a movimentos que tivessem por fim subverter a ordem publica e trazer a intranquilidade á família conterranea. Nessas ocasiões. É que á socapa agiam conhecidos autores intellectuaes que não são desconhecidos da Policia de Ordem Social (...)

O sr. Duarte Lima prossegue na sua bella oração, condemnando esses extremos a que se queria levar a questão dos direitos dos operários, uma vez que eles muito bem o podiam conseguir dentro da lei que os garantia e dentro da ordem que estava ameaçada a todo momento.

Diz ainda que os nossos marxistas nem sequer tinham noção philosophica do que seria a doutrina de Marx e, nem tampouco, do outro extremo, que é o fascismo. Ambas essas doutrinas encaradas e praticadas como na realidade ellas o são, não pregam a violencia, nem a destruição...

Referindo-se ás imediatas, serenas e enérgicas medidas tomadas pelo sr. Governador do Estado, para reprimir os excessos dessas greves, propõe o deputado Duarte Lima que a Casa vote uma moção de plena confiança a essas providencias de sua exc.” (Jornal A União, 7 de novembro de 1935, p. 3).

Neste momento, Argemiro desenhava o que se configurou como um verdadeiro estado policial na capital paraibana, diversos trabalhadores foram vítimas de violências e prisões. Durante a votação da moção de apoio, Ernani Sátiro declarou que não votaria a favor, pois o governador apenas cumpria seu dever, e “isso não merece aplausos” – evidenciando a postura oposicionista de se colocar contra toda e qualquer medida do governo, já que Ernani Sátiro estava longe de ser uma figura de esquerda. Sá e Benevides, indo contra tal atitude, votou a favor do governo, no entendimento de que aquilo se tratava de repressão aos extremismos. A moção foi aprovada contra os votos de Anacleto Vitorino, Ernani Sátiro e Delfino Costa (Jornal A União, 7 de novembro de 1935, p. 3). O deputado classista pelos profissionais liberais repetiu o gesto na sessão do dia 25 de novembro, onde uma nova moção em favor do governo estadual contra a Revolta Comunista de 35¹³ foi aprovada. Votaram contrariamente à moção a bancada do PRL e Anacleto Vitorino (Jornal A União, 26 de novembro de 1935, p. 8).

Esse momento representou o início de um ponto de virada na atuação parlamentar de Sá e Benevides, que vendo o espaço político fechar-se cada vez mais à oposição, decidiu por mudar sua postura combativa. Ele não era um político inexperiente, havia atuado na política por quase 18 anos (Benevides. In: Jornal A Imprensa. 11 de outubro de 1935, p. 2), e certamente sabia que não era possível atuar de forma isolada em um parlamento, porém tinha

¹³ Com a ilegalidade da Aliança Nacional Libertadora já em seu ano de fundação, o PCB passou a apostar na promoção de uma insurreição armada, o que de fato ocorreu em novembro de 1935. A revolta se deu com a tomada de quartéis no Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro e em Pernambuco, mas foi derrotada rapidamente. Cf. FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. *Revolta Comunista de 1935*. In: *Atlas Histórico do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV CPDOC, [s.d.].

igual importância saber a hora de recuar. Dessa forma, mesmo sendo o PRL composto por elementos epitacistas e dissidências da família Pessoa (Carneiro, 2011, p. 113), com os quais o deputado demonstrava evidente simpatia desde seus primeiros dias no legislativo, ele se encontrava em uma situação mais frágil do que os seus colegas, já que não era um deputado convencional.

Como já dissemos anteriormente, era esperado uma postura não política dos deputados classistas. Legalmente, seu partido era sua categoria, a única a que devia satisfação e lealdade. Aliar-se sem ressalvas à bancada de um partido certamente prejudicaria a sua reputação. Dessa forma, era necessário que Sá e Benevides construísse um caminho parlamentar próprio, e em uma situação extrema como foi a greve de 1935, às portas da Revolta Comunista do mesmo ano – que conseguiu tomar o poder em Natal, capital do Rio Grande do Norte, estado vizinho – não combater os considerados “elementos subversivos” poderia causar problemas à sua imagem. Contudo, as articulações de Sá e Benevides foram interrompidas pela perda de seu mandato no dia 10 de dezembro de 1935, pouco tempo após completar três meses no cargo (Jornal A União, 11 de dezembro de 1935, p. 1)

As primeiras citações sobre o ocorrido apareceram na sessão do dia 5 de dezembro de 1935, quando Sá e Benevides disse, na tribuna da Assembléia, que foram divulgadas na imprensa local, notícias confirmando a cassação do seu mandato pelo desembargador José Linhares (Jornal A União, 6 de dezembro de 1935, p. 1). O deputado declarou estar surpreso com a notícia e requereu à mesa que pedisse ao Tribunal Regional de Justiça Eleitoral um pronunciamento sobre o assunto. A acusação dizia respeito justamente ao processo eleitoral que o elegeu deputado classista, pois o Superior Tribunal Eleitoral havia modificado a decisão que garantiu sua posse em outubro, considerando-o inelegível (Jornal A União, 7 de dezembro de 1935, p. 4). A chamada do resumo referente a sessão do dia 10 de dezembro dizia o seguinte: “Na sessão de ontem, o deputado Sá e Benevides despediu-se dos seus colegas, em virtude de uma decisão do Superior Tribunal Eleitoral, cassando-lhe o mandato” (Jornal A União, 11 de dezembro de 1935, p. 1). Porém, o episódio não significou o fim de sua trajetória naquela legislatura.

Mesmo não sendo mais deputado da ALPB, Sá e Benevides continuou sua atuação como figura pública em novas articulações que o levariam de volta ao legislativo estadual. Dentre essas aparições, destacamos sua presença no Tribunal Regional Eleitoral como chefe da segunda sessão, tendo ele, inclusive, assinado a ata das reuniões dos dias 8 de fevereiro (Jornal A União, 14 de fevereiro de 1936, p. 7) e 6 de abril (Jornal A União, 29 de abril de 1936, p. 7). Além disso, Sá e Benevides chegou a participar do ato de início do ano letivo do

Liceu Paraibano ocorrido no dia 20 de março de 1936 (Jornal A União, 21 de março de 1936, p. 8).

Infelizmente ainda não há como saber o caminho que o levou de volta à Assembleia, uma vez que as articulações nos bastidores da política certamente não seriam publicadas no órgão oficial do estado. Mas o fato é que seu nome foi novamente sufragado pela mesma categoria dos profissionais liberais em 15 de abril de 1936. Somente foi possível tomar conhecimento do ocorrido devido a uma nota do Tribunal Regional de Justiça Eleitoral, onde se reconhecia a nova eleição em sessão do dia 22 do mesmo mês (Jornal A União, 23 de abril de 1936, p.3).

O retorno de Sá e Benevides foi, porém, muito mais comedido do que nos primeiros meses do seu mandato. Sem longos discursos ou denúncias, o deputado classista apenas tomou parte na Assembleia como um político apolítico, ou seja, agindo de acordo com as expectativas do governo. De volta ao legislativo, seu primeiro ato foi propôr uma caravana de saudação à Eptácio Pessoa, que retornava da Europa e fazia passagem por Recife, tendo ele mesmo se colocado à disposição para compô-la (Jornal A União, 2 de outubro de 1936, p. 8).

Ainda assim, talvez seja possível identificar certa combatividade do deputado classista, quando este propôs o projeto de lei nº59, para reverter as demissões realizadas pelas interventorias federais de funcionários públicos atuantes no regime anterior. Ao ter o projeto vetado pelo governador, Sá e Benevides tomou a iniciativa de propôr a derrubada do veto com base em um parecer do jurista Clóvis Beviláqua¹⁴ – o que demonstra a natureza dos contatos do representante dos profissionais liberais (Jornal A União, 20 de outubro de 1936, p. 6).

O conteúdo do parecer tentava provar que o projeto de lei não ia contra o artigo 18 das disposições transitórias da constituição, que dizia estar proibido de reassumir o cargo qualquer funcionário destituído por interventor (esse artigo foi a base do veto). Segundo Clóvis Beviláqua, o projeto de Sá e Benevides apenas tinha por objetivo pôr o funcionário demitido em disponibilidade, para que este fosse aproveitado em caso de vagar sua antiga cadeira ou houvesse necessidade de preencher cargo semelhante, o que não estava em contradição com o referido artigo. Em votação, foi aprovada a derrubada do veto (Jornal A União, 20 de outubro de 1936, p. 6).

¹⁴ Clóvis Beviláqua (1859-1944), foi um jurista cearense conhecido pela sua participação na criação do Código Civil Brasileiro. Em 1899, foi indicado pelo então ministro da Justiça, Eptácio Pessoa, para preparar o Anteprojeto do Código Civil, que veio a ser oficializado após 16 anos de ajustes e discussões em 1916. Atuou também como deputado na Assembleia Constituinte do Ceará em 1891 e teve seu nome incluído entre os 40 fundadores da Academia Brasileira de Letras em 1897. Cf. FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. *Clóvis Beviláqua*. In: *Dicionário Histórico-Biográfico da Primeira República*. Rio de Janeiro: FGV CPDOC, [s.d.].

Contudo, Sá e Benevides não se envolveu em nenhuma grande discussão que ocorreu na Assembleia. Quando facultado a palavra nos momentos de debates acalorados, reafirmava sempre não tratar de questões políticas, já que era apenas um deputado classista. Essa postura é visível quando vemos os acontecimentos da reunião do dia 3 de setembro de 1937.

Já passado certo tempo desde a conflagração do estado policial de Argemiro em 1935 e com eleições previstas para 1938, o clima no legislativo paraibano parecia ter mudado. Os deputados, por certo tempo temerosos com o poder do argemirismo, iniciavam suas articulações para o pleito que se aproximava. Essa movimentação ficou clara quando, na referida reunião, a bancada do Partido Progressista propôs uma moção de apoio ao governador paraibano. Como era de costume, a oposição se colocou contrária à moção, mas a novidade reside no voto contrário de membros do partido situacionista. O desconforto por parte da liderança progressista era evidente, ao ponto de Fernando Nóbrega se declarar surpreso, e arrematou em tom ameaçador que “o Partido Progressista precisava saber com quem contaria nesta casa. Agora sabe. Está satisfeito” (Jornal A União, 4 de setembro de 1937, p. 2). Na ocasião, Sá e Benevides prestou apoio à moção, mas apenas referente à obra governamental, pois não podia opinar quanto à questão política (Jornal A União, 4 de setembro de 1937, p. 2). Porém o clima de abertura política não durou muito tempo.

Em 2 de outubro de 1937, dias depois da divulgação do Plano Cohen¹⁵ o governo federal declarou estado de guerra. A informação foi recebida na Assembleia paraibana com a proposta de Emiliano Nobrega para que fosse enviado um telegrama em solidariedade à medida em nome do legislativo do estado. Todos os deputados, incluindo a oposição, declararam voto favorável (Jornal A União, 3 de outubro de 1937, p. 2). Quando enfim veio o fechamento das Assembleias Legislativas em decorrência do Golpe do Estado Novo, Argemiro organizou um evento com os antigos deputados estaduais aliados do governo, demonstrando força e centralização política (Jornal A União, 12 de outubro de 1937).

¹⁵ O Plano Cohen foi um documento produzido pelo General Olímpio Mourão Filho como parte de uma documentação interna da Ação Integralista Brasileira (AIB), da qual ele era membro. O documento tratava-se de uma simulação de um possível golpe comunista no Brasil, preparado com o intuito de compor os boletins informativos internos da AIB. Seu texto foi baseado em um artigo francês que descrevia uma revolta comunista ocorrida na Hungria e liderada por Bela Kun. O nome Plano Cohen se deu pelo fato de que Mourão Filho quis fazer referência a um dos membros da AIB referir-se a Bela Kun como Bela Cohen, nome que foi usado para assinar o plano – a versão final acabou por apenas conter o nome Cohen na parte da assinatura devido a um erro datilográfico. O texto foi desaprovado pelo líder da AIB, Plínio Salgado, pois ele o considerou demasiadamente fantasioso. Mourão Filho acabou mostrando o texto para outros generais ligados ao integralismo, que subverteram o caráter do documento, abrindo espaço para que o governo de Getúlio Vargas utilizasse aquele texto ficcional como pretexto para acusar a existência de uma conspiração liderada pela Internacional Comunista que tinha o intuito de fazer a revolução no Brasil. Essa acusação foi usada para dar cabo ao Golpe do Estado Novo (1937). Cf. FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. *Olímpio Mourão Filho*. In: *Atlas Histórico do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV CPDOC, [s.d.].

Sá e Benevides foi um exemplo de estrategista político. Homem da Primeira República, teve a capacidade de manter-se relevante após o processo que desestruturou completamente a política como ele a conhecera. Porém foi além disso, quando conseguiu ocupar um espaço no poder legislativo utilizando-se de uma ferramenta legal fruto das movimentações de 1930.

Ao ocupar sua cadeira de deputado classista, teve ainda a iniciativa de demonstrar descontentamento com aquele novo governo, um movimento de tensão que parecia testar até que ponto seria possível discordar da nova administração sem maiores problemas.

Aliado em um primeiro momento à oposição – único espaço que lhe restou depois das duras palavras proferidas contra membros do governo – não teve dificuldades em afrouxar essa aliança quando viu o fechamento político de 1935. Mas foi novamente além disso, pois adaptou-se às expectativas que se tinham com relação aos deputados classistas e tomou proveito delas para blindar-se de possíveis atritos de caráter político – o que ele não era, por ser classista.

Tanto foi assim que quando perdeu seu cargo, encontrou espaço para ser novamente eleito pela mesma categoria de antes. Em seu retorno ao legislativo, atuou de modo que o traria mais vantagens: atendendo às expectativas do governo e utilizando-as a seu favor. Sá e Benevides se manteve nessa direção até o fechamento da Assembleia Legislativa da Paraíba.

5.2. Anacleto Vitorino da Silva

Se Joaquim Correia de Sá e Benevides, mesmo quando aliado à oposição, estava alijado de espaço político na Assembleia, a situação de Anacleto Vitorino era ainda pior, uma vez que este se encontrava totalmente isolado no parlamento paraibano. Mesmo que em alguns momentos a oposição tenha se colocado em defesa do deputado classista pelo comércio e transporte, tal apoio não se tratava de uma defesa ao parlamentar contra as diversas perseguições que sofrera no decorrer de seu mandato, mas tão somente uma manutenção da tática de se colocarem contra tudo o que fosse proposto pela bancada governista, ou então defender a imunidade parlamentar, cuja violação poderia prejudicar qualquer deputado não governista. Mas antes de partirmos para a análise da trajetória de Anacleto Vitorino na ALPB, trataremos acerca de sua vida antes da eleição de 4 de setembro, que conhecemos graças ao artigo “Pérola Negra do Cais”, escrito por Waldir Porfírio em 2004.

Anacleto Vitorino nasceu em 13 de julho de 1902 no distrito de Mataraca, pertencente ao município de Mamanguape. Não teve oportunidade de frequentar a escola, onde não foi aceito. Em busca das oportunidades de emprego decorrentes da expansão do Porto de Cabedelo, seus pais se mudaram para o distrito quando Anacleto ainda era jovem, onde iniciou sua vida profissional como estivador. Aos 27 anos, em 1929, Anacleto ficou conhecido por organizar as documentações necessárias para legalizar o Sindicato dos Estivadores do Porto de Cabedelo – pelo qual foi eleito deputado classista em 1935 – junto ao Ministério do Trabalho. Para cumprir tal função, realizou uma viagem de alguns meses ao Rio de Janeiro. No decorrer das lutas do sindicato que ajudou a legalizar, formou-se enquanto militante político. Além disso, também atuou ativamente na campanha da Aliança Liberal de 1930¹⁶ e esteve presente nas manifestações ocorridas na capital paraibana decorrentes da morte de João Pessoa no mesmo ano (Porfírio, 2004, p. 3-4).

Nas eleições de 1933 para a Assembleia Nacional Constituinte, Anacleto liderou o Partido Popular Paraibano, uma legenda composta por poucos operários autônomos. Seu partido lançou a candidatura de Rômulo Rubens Avelar, que teve um total de 3 votos. Como teve um resultado irrelevante nas eleições, Anacleto uniu-se à legenda “Trabalhador Vota em Ti Mesmo” para as eleições da Assembleia Estadual Constituinte de 1934. A chapa aglutinou as forças da esquerda paraibanas sob a liderança do Partido Comunista do Brasil (PCB), o que não significou, naquele momento, uma aderência do estivador de Cabedelo aos comunistas, já que a política eleitoral do PCB à época consistia em lançar candidatos de diversas tendências ideológicas dentro da esquerda (Porfírio, 2004, p. 5). Mesmo não sendo membro do PCB, Anacleto Vitorino chegou a ser presidente do Comitê Distrital da Aliança Nacional Libertadora (ANL)¹⁷ em Cabedelo, no ano de 1935 (Porfírio, Waldir, p. 6. 2004). O fato de ser dirigente de um movimento tão importante quanto a ANL, demonstra que a liderança política de Anacleto era reconhecida não só entre os membros de seu sindicato, mas também entre os intelectuais e outras figuras importantes da esquerda no estado.

Anacleto Vitorino foi eleito deputado classista no dia 4 de setembro de 1935, e tomou posse em 8 de outubro do mesmo ano, junto a Sá e Benevides. No dia de sua posse, protestou contra sua prisão, efetuada pela polícia de Cabedelo, que ocorreu mesmo após sua nomeação

¹⁶ Chapa que concorreu à presidência da república no ano de 1930 composta por Getúlio Vargas (presidente) e João Pessoa (vice). Vargas acabou por ser derrotado nas eleições daquele ano, mas com a morte de João Pessoa, foi iniciado o movimento que terminou na chamada Revolução de 1930, colocando Vargas no poder. Cf. ABREU, Alzira Alves de. *Aliança Liberal*. In: *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

¹⁷ A Aliança Nacional Libertadora foi uma frente antifascista fundada pelo PCB em 1935 que visava combater a extrema direita brasileira do período. Cf. FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. *Revolta Comunista de 1935*. In: *Atlas Histórico do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV CPDOC, [s.d.].

como deputado. Para Waldir Porfírio “Esse primeiro posicionamento (...) foi importante por ter definido, desde logo, o tipo de mandato que iria exercer na Assembleia Legislativa e exigir maior respeito das autoridades paraibanas ao operário que ali estava investido de um mandato, como qualquer outro naquele parlamento estadual” (Porfírio, 2004, p. 6). Mas para além disso, foi também uma espécie de prenúncio das perseguições que sofreria enquanto único defensor dos trabalhadores na Assembleia.

Em referência ao histórico acontecimento de posse do primeiro deputado negro e proletário da Assembleia Legislativa da Paraíba, o jornalista Hortênsio Ribeiro, na coluna “Nota do Dia” presente no jornal “A Imprensa”, fez o seguinte comentário:

“Fomos sacudidos por profunda emoção ao vermos entrar, no recinto daquela casa de delegados do povo paraibano, a figura do deputado classista Anacleto Vitorino, um proletário e um homem de cor, que era introduzido no seio da digna corporação, para nela tomar parte depois de legalmente compromissado, como mandatário de um círculo de trabalhadores. Era um espetáculo inédito que os nossos olhos contemplavam, vendo aquele homem do povo, sem títulos acadêmicos, um simples estivador, e pertencente a um dos elementos étnicos que tão decisivamente influíram na nossa nacionalidade, um pobre pé-rapado indo tomar assento numa agremiação eminentemente política, tête-à-tête com médicos, bacharéis, industriais, fazendeiros, etc... Até que enfim se resgata uma dívida para com o passado, homenageando-se um representante duma raça aviltada por preconceitos” (Ribeiro, Hortênsio apud Porfírio, 2004, p. 6).

Mesmo sem aliados, uma das principais características de seu mandato foi a defesa dos interesses dos trabalhadores paraibanos. O primeiro exemplo dessa defesa foi uma denúncia que realizou na reunião do dia 11 de outubro de 1935 contra a demissão sem justificativa de três trabalhadores da firma Matarazzo. Em outro episódio, a 19 de outubro do mesmo ano, discursou contra a *Great Western* (empresa ferroviária britânica que atuou no Nordeste brasileiro), que em quatro anos havia ignorado cinco memoriais enviados à empresa e ao Ministério do Trabalho pedindo aumento de salário para seus funcionários. Durante sua fala, Anacleto chegou inclusive a abordar a falta de manutenção das linhas férreas da firma na Paraíba e demonstrou preocupação com o monopólio dos meios de transporte que, para ele, prejudicava os caminhoneiros e *chauffeurs* paraibanos (Porfírio, 2004, p. 7). O que se seguiu ao seu discurso foi o completo silêncio dos demais parlamentares – o que não era comum que acontecesse após as falas realizadas na casa –, nem mesmo houveram vozes para discordar do que Anacleto dizia, apenas continuou-se a ordem do dia com a proposição de um projeto de lei por Fernando Pessoa (Jornal A União, 22 de outubro de 1935, p. 4)

Cabe destacar o início do referido discurso, onde o deputado classista fez uma análise da realidade brasileira e onde demonstrou sobre quais bases exerceria seu mandato:

“Sr. Presidente e srs. Deputados: As massas operárias do Brasil são o fator principal de todo o progresso e de todas as grandezas da Pátria. Sente no íntimo de sua alma, em proporção elevada, que a sua vida na sociedade capitalista é toda feita de atribuições e canseiras (...). Criador de riquezas, dela aproveita parte mínima. Produtor de utilidades sociais, só pode consumir com restrição. Enquanto isso, vê os que nada produzem ostentarem luxo descomedido e conforto supérfluo. Privilégio este originado do trabalho estafante do proletariado em geral. Vive o operariado no mundo civilizado, à espera que resplandeçam novos horizontes da impiedade burguesa. E, baseado nos conceitos mais rudimentar da atualidade, me vê forçado pelo dever de deputado classista nesta Assembléia de levar o meu amplexo de solidariedade aos ferroviários da Great-Western. Homens honestos que trabalham dependendo suas energias em serviços de uma estrada de ferro estrangeira, que teima no imperdoável erro e flagrante desrespeito às leis do país, que garante as reivindicações mínimas da massa obreira.” (Vitorino apud Porfírio, 2004, p.7).

Há de se destacar a sutileza de sua fala quando, mesmo utilizando termos e ideias de aspiração evidentemente marxista – característica dos “elementos subversivos” da época como alardeavam alguns deputados – toma o cuidado de fundamentar o que disse nas novas diretrizes trabalhistas do governo decorrentes do movimento de 30, cujas leis garantiam as “reivindicações mínimas da massa obreira”. Mesmo assim, a dinâmica da conjuntura brasileira de 1935 levaria a um acirramento tal da luta de classes no Brasil, que nenhuma de suas tentativas de apaziguar os conflitos consequentes de sua posição à esquerda no parlamento, seriam suficientes para evitar novas perseguições.

No contexto em que irrompeu a greve de 1935 na capital paraibana, Anacleto Vitorino foi o primeiro deputado a citar o tema na Assembleia na sessão do dia 5 de novembro. Porém novamente procurou apaziguar sua relação com o governo quando elogiou a administração de Argemiro por permitir a livre discussão acerca das movimentações grevistas nos sindicatos (Jornal A União, 6 de novembro de 1935, p. 8).

No dia seguinte, o deputado Duarte Lima realizou o já citado discurso onde afirmou que figuras intelectuais conhecidas pela Polícia de Ordem Social procuravam subverter a ordem pública utilizando os trabalhadores. Anacleto apartou o deputado situacionista ao pronunciar que ele cometia uma injustiça contra o operariado e o que se segue é a proposta da moção de apoio à repressão do governo estadual ao movimento que ocorria em João Pessoa. O resultado da votação já conhecemos: aprovada contra os votos de Anacleto Vitorino, Ernani Sátiro e Delfino Costa (Jornal A União, 7 de novembro de 1935, p. 3).

Após a aprovação da moção proposta pelo deputado Duarte Lima, Anacleto discursou no plenário da Assembleia, começando por comentar acerca de novas violências que sofrera por parte da polícia de Cabedelo depois de demonstrar apoio à greve. Disse ainda que tentou tratar das reivindicações dos grevistas numa comissão onde estava presente o interventor

Argemiro de Figueiredo. Também quis comentar sobre o assunto com o Chefe de Polícia, mas no fim, nada foi resolvido por conta da intransigência dos empregadores, classificada como tirânica por Anacleto. Duarte Lima complementou sua fala e disse que não combatia o operariado, mas sim os exploradores do operariado, aqueles que pretendiam fazer a escalada do poder por trás dessa classe, referindo-se aos comunistas (Jornal A União, 8 de novembro de 1935, p. 4). Com a discussão desses dois dias na Assembleia, Anacleto tornou-se um verdadeiro porta-voz da greve dentro da casa do legislativo paraibano, com denúncias e pedidos de informações constantes sobre a repressão ao movimento na capital.

A 9 de novembro de 1935, voltou a denunciar a repressão e até queixou-se da falta de espaço que suas falas tinham no jornal A União – seus discursos nunca estavam presentes nos resumos das sessões da Assembleia, apenas nas atas completas que encontravam-se na parte oficial do periódico. A forma como Anacleto descreveu os acontecimentos daquele período nos dão uma ideia sobre como se deu a atuação do governo estadual frente ao movimento grevista:

“Como explica o fechamento arbitrário de todos os sindicatos desta cidade? Para que tanto espalhafato e tanta polícia armada pelas ruas? Essa tremenda demonstração de força será para roubar as vidas dos trabalhadores, já minadas pela exploração e pela fome? Para que tantas prisões? E não são somente os trabalhadores que têm ido encher os xadrezes para satisfação dos caprichos da reação burguesa. Várias pessoas bastante conhecidas nesta cidade, como os senhores Henrique Arcoverde, jornalista Horácio Mesquita, Severino de Oliveira, Fiúza Lima, Eduardo Vergara e Augusto Arcoverde têm sofrido vexames de toda natureza e provocações, passando horas a fio nos xadrezes infectos das delegacias desta Capital, como se fossem bandidos e perturbadores da ordem pública. E para que a Polícia está fazendo tudo isso e identificando essas pessoas como se fossem vagabundos e criminosos? (...) para implantar o terror e esmagar o proletariado. A polícia está fazendo tudo isso insinuada pelas mentiras das camarilhas reacionárias do patronato. O fechamento dos sindicatos, a não permissão de reunião pacífica dos grevistas, a permanente ameaça de que serão chacinados, obedece a um plano sinistro de violência injustificável contra grevistas pacíficos e que agem confiados de que o Ministério do Trabalho não os abandonariam à sanha da reação, como tem sucedido” (Vitorino apud Porfírio, 2004, p. 11)

Em resposta, Duarte Lima disse que estaria sempre com Anacleto desde que ele defendesse os verdadeiros interesses dos trabalhadores – classe da qual afirmava fazer parte – mas que, repetindo seus discursos anteriores, por trás das greves estariam agitadores extremistas que querem o poder à custa dos operários. Em apoio à essa fala, outro deputado situacionista, Newton Lacerda, disse que os operários paraibanos não são extremistas, e que portanto as atitudes dos últimos dias só poderiam ser justificadas pela influência desses elementos subversivos (Jornal A União, 12 de novembro de 1935, p. 4).

Em seguida, durante a sessão do dia 12 de novembro de 1935, o deputado classista retomou a questão da repressão à greve, pedindo o envio de um requerimento endereçado ao Secretário do Interior e Segurança Pública, onde exigiu a justificativa da prisão de várias pessoas em Cabedelo. Além disso, solicitou que fossem informadas a data de criação da Delegacia de Ordem Pública e Social e por qual verba estaria sendo custeado esse serviço, uma vez que não existiam instrumentos legais que justificassem a existência daquele órgão (Porfírio, 2004, p. 13). No que parece ter sido mais uma tentativa de apaziguar sua situação diante do governo, seguido ao pedido de informações ao Secretário do Interior, apresentou um projeto de lei solicitando crédito de 200 contos para a criação de um monumento em homenagem aos mortos na Revolta de Princesa (1930), em defesa do governo legal da Paraíba (Jornal A União, 13 de novembro de 1935, p. 8). Como não teve seu pedido de informações atendido, reiterou-o na sessão do dia 20 do mesmo mês (Jornal A União, 21 de novembro de 1935, p. 1).

No decorrer de sua campanha parlamentar de apoio à greve, Anacleto, junto à Federação Unitária Sindical da Paraíba, enviou uma série de telegramas ao deputado classista federal Adalberto Camargo. Os telegramas, transcritos por Waldir Porfírio, são os que seguem:

De Adalberto Camargo ao Governador:

“Em 5-11-35 - Governador Argemiro Figueiredo: João Pessoa – Venho appellar vossencia sentido amparar causa trabalhadores pessoenses quaes segundo informação recebida Federação Sindicatos Parahybanos, dentro ordem, movimento pacífico, pleiteam augmento salarios. Como representante trabalhista, sempre lado daquelles que, sem gritos subversivos, dentro normas traçadas Constituição, defendem justos direitos, solicito mediação vossencia fim resolver greve. Julgo que obtenção salario emergencia, até fixação salario minimo, termos projeto andamento Camara, resolveria caso contento ambas partes. Confio acção mediadora esclarecida vossencia. Saudações”.

.....
De Adalberto Camargo ao Governador:

“Governador Estado – João Pessoa – Acabo receber telegrama Federação Unitaria dizendo policia procura impedir reunião sede grevistas ameaçados massacre. Inteirando vossencia tenho certeza absoluta providência serão dadas sentido garantir livre manifestação pensamento operariado, dentro imperativos ordem, sob égide leis. Aguardando fineza esclarecimentos apresento vossencia minhas saudações.

.....
De Adalberto Camargo à Federação dos Sindicatos Paraibanos:

“Sciente seu telegramma hontem acabo telegraphar Governador Estado solicitando sua mediação resolver parêde. Opino obtenção salario emergencia, forma abono, até que entre execução salario minimo cujo projecto já se acha em ultimo turno Camara. Trabalhador que sou jamais deixarei de estar ao lado daquelles que, dentro da ordem, sem gritos subversivos nem ameaças contraproducentes, procuram defender justos interesses. Situação afflictiva atravessam classes proletarias necessita ser resolvida. Dentro este ponto vista companheiros parahybanos têm minha solidariedade.

Comuniquei teor telegramma Ministro Trabalho. Informe que ocorrer. Saudações.”

De Adalberto Camargo ao Governador:

“Em 7-11-35 – Governador Estado – João Pessoa – Deputado Anacleto Victorino informa ameaçado prisão motivo apoio greve. Vossencia certamente desconhece facto pois estou crente não permitirá consummação semelhante attentado causará incontinida revolta seio Camara Federal desagradavel repercussão. Aguardando palavra esclarecedôra vossencia apresento saudações.”

De Adalberto Camargo para Anacleto Vitorino:

“Deputado Anacleto Victorino – Camara Estadual – João Pessoa – Acabo telegraphar Governador entendi-me leader Pereira Lyra. Estou certo suas imunidades serão asseguradas pois estamos pleno regime constitucional. Sua attitude apoio grêve pacifica perfeitamente justa. Informe occurrences” De Adalberto Camargo a Leonel Vale: “Comuniquei teor seu telegramma Ministro Trabalho. Mais uma vez concito companheiro conseguir obter accordo caso impossivel telegraphem Ministro servir arbitro contenda. Abraços”.

Do Governador ao Deputado Adalberto Camargo:

“Deputado Adalberto Camargo – Rio de Janeiro – Aguardava resultado demarches favor cessação greve para responder primeiros telegrammas illustre amigo. Infelizmente continúa parêde algumas classes, estranhando-se entrada trabalhadores cáes e trapiche beneficiados 40% salario greve anterior. Solidariedade esta classe attenta compromissos assumidos perante patrões e muito prejudica rythmo trabalho Estado presente época exportação. Posso entretanto assegurar sobre acção policia que se limita medidas imprescindiveis ordem, Nenhum fundamento prisão deputado Anacleto Victorino. Condias saudações. (a) Argemiro Figueiredo, governador”. (O deputado Anacleto Vitorino contestou o telegrama do Governador da Paraíba. Afirma que fora preso pela polícia de Ordem Social de Cabedelo, “só pode atribuir tais fatos se têm verificado à revelia daquela autoridade”.)

De Adalberto Camargo aos membros da Federação dos Sindicatos:

“Acabo telegraphar ao dr. Argemiro Figueiredo relativamente ao fechamento do Sindicato Construcção Civil, conforme telegrama que recebi dahí. Tenho estado em contacto com o sr. Ministro do Trabalho a quem tenho dado sciencia do que ahi está ocorrendo pedindo-lhe as ncessarias providencias no sentido de evitar que os companheiros em grêve pacifica soffram qualquer violencia ou constrangimento. Quero crêr que com as medidas sensatas que devem ter sido tomadas pelos companheiros a grêve já se ache solucionada com a victoria dos pontos principaes que se referem às justa reivindicações de todos nós. Preciso esclarecer que o projecto do salario minimo vai entrar em 3ª e ultima discussão. tudo faz crêr que, no proximo anno, as commissões de salario iniciarão sua tarefa afim de que, no menor espaço de tempo possivel, todos os trabalhadores do Brasil inteiro possam gosar dos beneficios constantes da Constituição Federal. Até o dia 30 do mês corrente (novembro) ainda aqui estarei e, como sempre, terei o maior prazer em receber as determinações dos prezados companheiros parahybanos. Pretendo seguir para Recife na data referida e em chegando a essa Capital, logo que fôr possível, irei até João Pessoa abraçar essa phalange de denodados trabalhadores entre os quais vejo meu grande amigo Vasco Toledo, o infatigavel companheiro de todos os tempos, digno e merecedor de nosso melhor apreço e consideração. Sem mais, no momento, envio aos dignos amigos dessa Federação minhas Saudações Fraternas (a) Adalberto Carmargo”. (Porfirio, 2004, p. 14-15)

Os telegramas nos mostram que Anacleto buscava romper com seu isolamento na Assembleia recorrendo às suas bases de apoio e aliando-se a um deputado classista federal, dando reais consequências políticas aos seus discursos no legislativo paraibano. Destaca-se

também a postura do governo de Argemiro em negar qualquer perseguição ao deputado classista – retórica que iria se repetir nas sessões da Assembleia – e o alinhamento total do governo estadual com os patrões, na medida em que o tom de Argemiro apontava apenas para o andamento da economia do estado.

Observamos ainda que o deputado Anacleto Vitorino tinha amplo conhecimento da situação dos trabalhadores do porto, da construção civil, dos trabalhadores pessoenses e toda a movimentação grevista dos trabalhadores. Desta feita, o então deputado procurou expor na tribuna o complexo enfrentamento do movimento, cujo principal objetivo era a melhoria dos salários, entretanto, enfrentava uma série de percalços das classes patronais e, mais ainda, com a anuência do interventor da Paraíba, o dr. Argemiro de Figueiredo. Isso nos leva a inferir que a atuação do Anacleto na Assembleia Legislativa estava alinhada com a movimentação das classes trabalhadoras urbanas e suas reivindicações, contudo, se percebendo de forma isolada e/ou minoria.

Apesar de sua insistência, o esforço de Anacleto para frear a repressão aos trabalhadores paraibanos acabou por ser atropelado pelos acontecimentos do fim de novembro daquele ano, quando irrompeu a Revolta Comunista de 1935. O governo de Argemiro de Figueiredo, que já era exaltado diariamente na Assembleia e na mídia, se fortaleceu imensamente pela ajuda militar e política que prestou aos dois estados nordestinos onde os comunistas haviam atuado com mais força: Pernambuco e Rio Grande do Norte

Um exemplo desse apoio, na mídia, foi a chamada do resumo referente à sessão do 25 de novembro no Jornal A União do dia 26 de 1935: “Votada uma moção de apoio e solidariedade ao Sr. Governador do Estado, em face dos acontecimentos de caráter extremista, registrados nos vizinhos Estados de Pernambuco e Rio Grande do Norte. – Votaram apenas, contra a mesma, a representação do Partido Republicano Libertador e o deputado classista Anacleto Victorino” (Jornal A União, 26 de novembro de 1935, p.1). A bancada oposicionista se colocou contra a moção pelo mesmo motivo das vezes anteriores (era apenas a obrigação do governo e uma obrigação não merece aplausos). Anacleto, preservando sua posição política, ao mesmo tempo em que pretendia não se prejudicar em um cenário tão desfavorável para ele, declarou voto contrário por desconhecer os objetivos e raízes do movimento armado no Rio Grande do Norte (Jornal A União, 26 de novembro de 1935, p. 8).

Em 27 de novembro daquele ano, o deputado classista tentou reiterar seu pedido de informações ao Secretário do Interior – que ainda não havia sido atendido. No mesmo dia, Fernando Pessoa realizou uma denúncia contra a prisão de Augusto Arcoverde que ocorrera nas galerias da Assembleia, pois considerava o ocorrido como um desrespeito à casa. O

deputado oposicionista foi aparteado por Adalberto Ribeiro, que disse ter ordenado a prisão. Anacleto então afirmou que apesar da justificativa, lançava seu veemente protesto à atitude de Adalberto Ribeiro. O debate sobre a prisão de Augusto Arcoverde não continuou, pois o deputado Lauro Wanderley tomou a palavra para comemorar o fim do movimento comunista, requerendo que fossem transmitidas mensagens de congratulações aos governos e às Assembleias do Rio Grande do Norte e Pernambuco. Entrou neste mesmo mérito João de Vasconcelos, propondo que as congratulações fossem estendidas ao presidente Getúlio Vargas, como fizera a Assembleia de Pernambuco, com apoio da bancada oposicionista e dos deputados classistas. Falou ainda Fernando Pessoa, pedindo agradecimentos à força federal aquartelada em João Pessoa que “mal chegados de Recife correm a Cabedello, alegres todos, e todos possuídos do mesmo ardor cívico”. Após a proposta de Fernando Pessoa, Anacleto se retirou da sessão (Jornal A União, 29 de novembro de 1935, p. 5).

A atitude de retirar-se da Assembleia demonstra-nos a que nível chegou o isolamento de Anacleto no legislativo estadual, assim como sua frustração com os acontecimentos daquele ano. Sem aliados e inserido num contexto político totalmente desfavorável a si e à sua base de sustentação, o deputado classista encontrava-se desprotegido de futuras perseguições, das quais era vítima desde o momento em que venceu a disputa eleitoral. Para piorar sua situação, a bancada governista começou a levantar suspeitas quanto à sua participação nas movimentações comunistas.

Tais desconfiças foram apontadas já na reunião em que ele havia se retirado, quando o presidente da Assembleia, José de Souza Maciel, lamentou a ausência de Anacleto, dizendo ainda que aquilo demonstrava que ele claramente não concordava com a moção, o que ia de encontro ao amor à ordem característico de todo o operariado brasileiro (Jornal A União, 28 de novembro de 1935, p. 3). Na manhã do dia seguinte, Anacleto leu o resumo da sessão da Assembleia publicado no Jornal A União na tribuna, e se sentiu indignado com as acusações do presidente da casa, que parecia sugerir algum envolvimento do deputado classista com a Revolta Comunista que ocorrera naquele mês conturbado. Denunciou então, a fala do presidente da Assembleia Legislativa, que considerava uma censura ao seu mandato (Jornal A União, 30 de novembro de 1935, p. 6).

Com a fala de Anacleto Vitorino, a casa do legislativo paraibano foi tomada por um acalorado debate em que a situação atacava veementemente o deputado classista, e a oposição esforçava-se para o defender. De início, José Maciel se defendeu das acusações dizendo que não fez nenhuma censura, apenas lamentou sua ausência no debate. Falou então Ernani Sátiro, afirmando que se estivesse presente na sessão anterior, teria votado favorável à moção, e

declarava seu apoio naquele momento. Mas ao mesmo tempo, se colocou contrário ao presidente da Assembleia, pois este não poderia tomar parte em nenhum debate sem ferir o art. 37 do Regimento da casa. Discordando de Ernani Sátiro, falou o deputado Duarte Lima, argumentando que não era vedado ao presidente manifestar sua opinião. Acrescentou ainda que em momentos críticos como o que se vivia, aquele que não votasse a favor de uma moção com tal caráter político, estaria “com os attentados ao pudor, estaria com a dissolução da família, com a anarquia enfim”. Concordou com Duarte Lima o deputado João de Vasconcelos, lamentando que por causa da ausência de Anacleto, a Assembleia não pôde “dar uma demonstração unanime de solidariedade aos defensores do regime, o que importa no reconhecimento das tradições de Patria e Familia do povo brasileiro”. Finalizou sua fala pedindo que Anacleto votasse favorável a moção, o que o deputado classista não fez. Ela foi enfim aprovada contra o seu voto (Jornal A União, 30 de novembro de 1935, p. 6-7).

A sessão do dia 29 de novembro de 1935 foi a primeira em que Anacleto Vitorino não compareceu. Uma das primeiras falas do dia foi de Delfino Costa, que disse ter ouvido boatos sobre uma possível prisão de Anacleto. Declarou o deputado que caso fossem verdadeiros, lançava seu protesto ao ocorrido, no que foi seguido por Emiliano Nóbrega que repetiu o gesto. Octávio Amorim, líder da situação, aparteou-o dizendo que ele não havia sido preso (Jornal A União, 30 de novembro de 1935, p. 3)

Contradizendo a voz do líder governista, Anacleto Vitorino, na reunião do dia 2 de dezembro, afirmou ter sido detido pela polícia e mantido em cárcere por doze horas. Em seguida, Fernando Nóbrega, em um evidente ato de desprezo ao seu colega deputado, disse que a Assembleia devia, antes de tomar as palavras de Anacleto como verdadeiras, inteirar-se com o Secretário do Interior sobre o ocorrido, propondo um requerimento para este fim. Fernando Pessoa propôs que fosse telegrafado o diretor da Ordem Política e Social, mas Fernando Nóbrega o aparteou dizendo que isso era competência do Secretário do Interior, afirmando ainda que o deputado não havia sido preso, mas apenas chamado para depor sobre ligações que teria com elementos extremistas.

A oposição partiu em sua defesa: Ernani Sátiro rebateu as alegações de Fernando Nóbrega, dizendo que ele queria pôr em dúvida a palavra de Anacleto, e Fernando Pessoa declarou estranhar que a Assembleia não cerrava fileiras em protesto contra a prisão. Aparteando a oposição, falou o deputado situacionista João de Vasconcelos, afirmando que em momentos extraordinários, não era possível se prender a certos detalhes da constituição – referindo-se à imunidade parlamentar desrespeitada (Jornal A União, 3 de dezembro de 1935,

p. 3). A título de exemplo, citou aquele que para ele, figurava como um dos mais notáveis homens de estado na Europa:

“Hitler chegou a admitir a regulamentação dos processos técnicos da violência, quando em perigo a autoridade encarregada de manter a ordem no país.

Um dos mais notáveis homens de Estado, na Europa, também se manifestou em momento excepcional da política daquele continente, proferindo celebre sentença: ‘as necessidades não conhecem leis’” (Vasconcelos, João de. In: *Jornal A União*, 3 de dezembro de 1935, p. 3)

O desgaste político de que sofrera Anacleto no final daquele ano foi gigantesco, e a única coisa que o impedia de ser levado ao cárcere por mais do que algumas horas era seu mandato. Em 1935, o movimento operário brasileiro sofreu uma das maiores derrotas de sua história e no ano seguinte, seus militantes foram forçados a atuar de forma acuada, ainda em meio a repressão. Waldir Porfírio resumiu a situação daquele ano da seguinte forma:

“O ano de 1936 transcorreu sob o signo da ação defensiva dos movimentos sindicais e sociais, que amargaram as prisões de suas principais lideranças e a intervenção nos seus sindicatos e entidades populares. A Delegacia de Ordem Política e Social da Paraíba continuava perseguindo e prendendo os militantes ligados ao Partido Comunista do Brasil, a Aliança Nacional Libertadora, aos sindicatos e aos grêmios estudantis. Dezenas de insurretos do Rio Grande do Norte e de Pernambuco foram detidos pela DOPS da Paraíba e enviados aos seus Estados de origem para responder processos” (Porfírio, 2004, p. 18).

Inserido naquela difícil conjuntura e visado dentro da Assembleia e pela Polícia da Ordem Social, Anacleto foi forçado a mudar a postura combativa que tivera nos três últimos meses de 1935, dedicando-se a propor projetos de lei e requerimentos. Além disso, também mudou sua posição com relação ao governo estadual, certamente por medo de cassarem-lhe o mandato, apoiando agora a moção que antes rejeitara e afirmando que Argemiro de Figueiredo “se impõe pelas suas realizações em proveito do bem público e da grandeza da Paraíba” (Porfírio, 2004, p. 18).

Entre os projetos que aprovou na Assembleia, destacamos a criação de escolas noturnas no sindicato de trabalhadores e empregados em 28 de outubro de 1936; ampliação do direito à isenção de impostos no pagamento de casas adquiridas pelas Caixas de Aposentadorias e Pensões aos sindicatos regulamentados pelo governo em 14 de dezembro de 1936; e a proibição de abertura do comércio nos dias de domingo em todo o território paraibano um projeto de lei de Lauro Wanderley subscrito por Anacleto (Porfírio, 2004, p. 18-20).

Figura 4 – Foto de um evento em apoio ao governador Argemiro de Figueiredo (é possível ver Anacleto Vitorino no lado direito da imagem)



Fonte: Jornal A União, 02 de setembro de 1937, p. 8

Diante daquela conjuntura que forçava Anacleto a atuar como um deputado governista¹⁸ – governo este que prendera seus companheiros de luta – pediu sua renúncia em 30 de dezembro de 1936. Acabou retirando o pedido devido a um apelo do Sindicato dos Operários Estivadores de Cabedelo, continuando seu mandato até o Golpe do Estado Novo em 1937. Com a instauração do novo governo, começou uma nova onda de prisões pelo país. Anacleto, agora sem proteção parlamentar, ficou encarcerado por mais de um mês. Ao sair do cárcere, voltou a trabalhar como estivador em Cabedelo, sem manter suas atividades políticas. Faleceu em 6 de abril de 1948, em decorrência de um câncer no fígado (Porfírio, 2004, p. 20-23)

Anacleto Vitorino, mesmo com uma curta atuação parlamentar, deixou um legado que merece destaque na política paraibana. Foi o primeiro deputado negro e proletário da história do estado e conseguiu realizar um mandato de intensa defesa aos interesses dos trabalhadores da Paraíba.

Naquela conjuntura tão desfavorável ao movimento trabalhista, atuou não só como deputado, mas como sindicalista e militante de esquerda, para além do parlamento. Anacleto foi um exemplo de um parlamentar verdadeiramente comprometido com a causa dos

¹⁸ Para evitar maiores perseguições, Anacleto viu-se obrigado a participar das frequentes atividades de apoio a Argemiro de Figueiredo. Um exemplo dessa postura pode ser visto na Figura 4, onde observamos Anacleto tomando parte em uma dessas atividades junto aos deputados governistas.

trabalhadores e tentou fazer valer seu espaço institucional para defender sua classe, mas acabou sendo atropelado pelas circunstâncias de seu tempo.

5.3. Raul Nóbrega

A trajetória de Raul Nóbrega é certamente a que menos obtivemos informações. Sobre o processo que sufragou o seu nome, apenas foi possível encontrar uma nota de convocação ao pleito feita pelo Sindicato Agropecuário de Alagoa Grande – do qual o próprio Raul Nóbrega era presidente – na sessão livre do Jornal A União em 29 de abril de 1936 (Jornal A União, 29 de abril de 1936, p. 6) e outra nota, da mesma sessão, com um aviso do Tribunal Eleitoral informando que o deputado fora eleito em 10 de junho daquele ano (Jornal A União, 11 de junho de 1936, p. 6).

Uma vez inserido no legislativo estadual, o deputado eleito pela indústria, lavoura e pecuária mal participava da dinâmica da casa – talvez por sua família estar muito bem representada pelo já citado vice-líder da maioria, Fernando Nóbrega, além de outros parlamentares que compartilhavam o mesmo sobrenome. De todas as atas e notícias analisadas para a realização deste estudo, somente foi possível encontrar citações pontuais à atuação de Raul Nóbrega na comissão de negócios municipais.

A primeira delas ocorre quando Anacleto requereu à presidência que fosse preenchida, provisoriamente, uma vaga na referida comissão devido à ausência do deputado Emiliano Nóbrega. O parlamentar classista foi então designado para a vaga (Jornal A União, 14 de outubro de 1936, p. 6). A segunda citação trata da mesma comissão, para a qual Raul Nóbrega foi eleito presidente em caráter provisório no dia 16 de outubro de 1936 (Jornal A União, 17 de outubro de 1936, p. 2). Até mesmo em discussões que diziam respeito diretamente à categoria que o elegeu, não há qualquer declaração.

Durante a reunião do dia 20 de outubro de 1936, foi iniciada uma discussão acerca de um projeto de lei que autorizava o governo a restabelecer limites das terras não demarcadas (Jornal A União, 21 de outubro de 1936, p. 2). O projeto, apresentado pelo deputado Alcindo Leite, havia sofrido parecer contrário por parte da comissão de constituição e justiça, pelo entendimento de que a proposta feria a inviolabilidade da propriedade privada. O deputado argumentou que o projeto era de interesse dos agricultores e citou as zonas do cariri e sertão como áreas “onde os grandes latifundiários improductivos escondem a propriedade do

pequeno agricultor, porque não tem dinheiro para fazer valer seus direitos perante a justiça” (Jornal A União, 21 de outubro de 1936, p. 2).

Juntou-se à Alcindo Leite o deputado Rodrigues de Aquino, apoiando o discurso. Em discordância se manifestaram Ascendino Moura – que havia lido o parecer da comissão de constituição e justiça – e Fernando Nóbrega. A lei acabou por não ser aprovada, mas Raul Nóbrega, que estava presente na reunião, não se manifestou (Jornal A União, 21 de outubro de 1936, p. 2).

O único momento em que o deputado classista discursou no plenário foi na reunião do dia 21 de outubro de 1936, quando leu um parecer da comissão que presidia, dando orientação contrária à mudança do nome do município de Sapé para Gentil Lins, em homenagem ao primeiro prefeito da cidade. O parecer caracterizava-o como um homem honrado, mas apontava que uma medida de tal magnitude só poderia ser feita em situações extremas como foi a morte de João Pessoa (Jornal A União, 23 de outubro de 1936, p. 4).

Tendo em vista o que foi exposto, podemos concluir que Raul Nóbrega teve uma atuação de pouca relevância na Assembleia Legislativa da Paraíba. Tal como muitos outros de seu tempo, ele apenas comparecia em algumas reuniões, cumpria as tarefas da comissão da qual fazia parte e se envolvia em poucas discussões. No seu caso, a existência da legislação classista foi apenas uma nova ferramenta para ocupar aquele cargo, sem maiores ideais ou ambições.

5.4. Romualdo Rolim

No decorrer do presente estudo, notamos que os deputados classistas paraibanos eram de caráter diverso, mas no fim, todos tiveram que se ajustar às expectativas do governo: Sá e Benevides era opositor e adaptou-se; Anacleto Victorino era combativo e precisou adotar uma postura acuada; e Raul Nóbrega, por ser pouco ativo, não incomodava a ordem estabelecida. O caso de Romualdo Rolim foi um pouco diferente, uma vez que ele estava totalmente alinhado com o governo de Argemiro e cumpria bem a função que se esperava de um deputado classista desde o início de seu mandato.

A posse de Romualdo Rolim ocorreu em sessão preparatória para abertura dos trabalhos da Assembleia em 30 de setembro de 1936 (Jornal A União, 1 de outubro de 1936, p. 1). Já na reunião do dia 9 de outubro, o deputado classista pelos funcionários públicos apresentou seu primeiro projeto: um requerimento para que fosse subvencionada a viúva e

filhos de Pedro Alcântara Filho, fiscal de São Sebastião do Umbuzeiro, assassinado por cangaceiros (Jornal A União, 10 de outubro de 1936, p. 2).

A importância desse projeto reside justamente no fato de que essa foi a primeira atitude de Romualdo Rolim na Assembleia Legislativa. Nos casos anteriores, pudemos ver que cada deputado classista, quando tinha de fato algum objetivo em mente e buscou demonstrá-lo já nos primeiros momentos do mandato. Isso se dava, claro, pelo caráter de novidade daquele tipo de representação no legislativo estadual. Nessa situação, afirmar a que veio era essencial.

Com isso em vista, pode-se dizer que o objetivo de Romualdo foi evidenciar aos colegas deputados, à sociedade que o elegeu e ao governo de Argemiro, que a sua atuação se reduziria a tratar das questões técnicas da administração pública e a representação de sua classe. O que de fato aconteceu.

Seguindo essa linha, o representante dos funcionários públicos passou a falar no plenário pela comissão da fazenda a partir do dia 15 de outubro de 1936, ao ler um parecer positivo à prestação de contas da gestão de Argemiro (Jornal A União, 16 de outubro de 1936, p. 1). Sua posição na referida comissão continuou até o fim do mandato.

Quanto aos projetos, Romualdo apresentou duas outras propostas: a criação de um fundo especial de previdência dos funcionários públicos do estado, em benefício das viúvas e herdeiros desses trabalhadores em caso de óbito – semelhante ao primeiro projeto (Jornal A União, 10 de setembro de 1937, p. 5); e a autorização de alienação de propriedades urbanas e rurais por parte do governo estadual (Jornal A União, 22 de setembro de 1937, p. 2). Toda a atuação parlamentar do deputado classista baseou-se nessas propostas de caráter técnico e na sua participação na comissão da fazenda – atuação motivada pelo alinhamento com o governo estadual.

A prova disso era a clara demonstração das boas relações de Romualdo Rolim com as lideranças estaduais e com o Partido Progressista, evidenciadas em um jantar divulgado pelo órgão oficial do estado e ocorrido no dia 10 de outubro: em espaço na imprensa local que costumava-se dedicar apenas aos aliados de primeira hora do governo, publicou-se uma matéria cuja o título continha os seguintes dizeres “Deputado Romualdo Rolim - O jantar, hontem, em homenagem ao representante do funcionalismo publico na Assembléa Legislativa do Estado” (Jornal A União, 11 de outubro de 1936, p. 5).

O conteúdo da reportagem dizia respeito às falas de congratulações ao deputado classista por seu mandato e contou ainda com uma lista de figuras da política estadual que compareceram ao evento. O primeiro a falar foi Luiz Pinto, antigo secretário de Romualdo

Rolim, a quem fez uma série de elogios, dizendo ainda que mesmo nos mais altos cargos do funcionalismo público, o representante da classe na Assembleia sempre manteve o mesmo tratamento para com os seus colegas. Falou também Arthur Urano, presidente da Sociedade dos Funcionários Públicos – a quem Romualdo chamou de velho amigo no discurso que proferiu durante o jantar – que declarou sentir-se honrado por ter o legislativo estadual um representante “talhado, por todos os títulos, para o lugar que ocupa”. Ademais, dentre as figuras presentes no jantar, destacam-se Vergniaud Wanderley, então prefeito de Campina Grande e membro do Partido Progressista; além de representantes dos secretários da fazenda e da agricultura (Jornal A União, 11 de outubro de 1936, p. 5).

Em primeiro lugar, nota-se a menção aos altos cargos ocupados por Romualdo Rolim na máquina pública. Durante a elaboração deste estudo, porém, não encontramos referências a quais cargos seriam esses. Mas o fato é que pressupõe-se dos altos funcionários públicos certo nível de proximidade com o governo situacionista – o que está comprovado pelo próprio ato de publicação da referida reportagem. Subsequentemente, temos ainda a informação de que Arthur Urano era amigo pessoal do deputado classista e presidente da sociedade que sufragou o seu nome, outra demonstração das boas relações de Romualdo Rolim. Por fim, nota-se também a presença do prefeito de Campina Grande e de representantes de secretários do governo estadual, presenças de peso que talvez não estivessem em jantares de deputados regulares, mas marcaram presença no jantar daquele deputado classista.

Levando as informações aqui apresentadas em consideração, concluímos que o representante dos funcionários públicos na Assembleia Legislativa da Paraíba foi um modelo do que se esperava dos deputados classistas: uma pessoa técnica e sem pretensões políticas, ou seja, alguém que usou o seu espaço no legislativo para desenvolver o aparato burocrático da nova sociedade brasileira e estava alinhado à ordem – uma dádiva que, na Paraíba, era proporcionada pelo Partido Progressista e pela administração de Argemiro de Figueiredo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como dissemos anteriormente, a instauração da legislação referente aos deputados classistas foi uma das estratégias da administração de Getúlio Vargas para dar uma aparência democrática ao governo pós 1930. No caso da Paraíba, esta afirmação se sustenta de forma irrefutável, pois os exemplos da atuação parlamentar dos deputados classistas paraibanos, demonstram que essa política era apenas isso, aparência, ou uma cínica retórica de imparcialidade do legislativo.

E esse não era o caso apenas dos deputados classistas. Como bem vimos, qualquer adversário do governo, à esquerda ou à direita, estava completamente desprovido de espaço político. Essa conjuntura é visível na retórica dos parlamentares governistas, que insistiam em configurar toda e qualquer discussão política como tentativa de levar casos pessoais e policiais para a Assembleia, algo que, para eles, não dizia respeito ao poder legislativo.

A chamada Revolução de 30 havia tomado conta do funcionamento do Estado brasileiro, ditado o rumo do país e estabelecido sobre quais bases estaria sustentado o caminho para o progresso. Ir contra qualquer uma delas seria um ataque à unidade nacional, ao progresso, à ordem. Ou, nas palavras do deputado situacionista Duarte Lima, seria estar “com os attentados ao pudor, (...) com a dissolução da família, com a anarquia emfim” (Jornal A União, 30 de novembro de 1935, p. 6-7).

Para os deputados classistas a situação era ainda pior, pois se esperavam posições puramente técnicas e imparciais desses parlamentares, sem aspirações políticas. Sua atuação deveria dizer respeito apenas ao compromisso que tinham com as classes pelas quais foram eleitos, uma retórica que permeava a existência legal desse tipo de representação desde as discussões do Tribunal Superior da Justiça Eleitoral – que sugeriu caráter exclusivamente consultivo dos classistas – até a atuação de fato desses parlamentares na Paraíba – obrigados, um a um, a atender às expectativas do governo para evitarem maiores perseguições.

Na Paraíba, onde havia uma oposição minúscula, e onde os acontecimentos de 1935 e 1937 apenas ampliaram a força política do autoritário governo de Argemiro de Figueiredo (1935-1940), as capacidades de qualquer grupo ou parlamentar de se impor contra o poder do executivo estadual encontrava-se extremamente reduzida. No Brasil de Getúlio Vargas e na Paraíba de Argemiro, ou se estava com o governo, ou se estava fadado ao isolamento político.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves de. *Aliança Liberal*. In: *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ALIAN%C3%87A%20LIBERAL.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2026.

BARRETO, Alvaro Augusto de Borba. A representação das associações profissionais e os primeiros passos da Justiça Eleitoral (1932-1935). *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 19, p. 221-252, jan./abr. 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/FLPkBz9WcnBvwTw9786Sjgr/?format=pdf&lang=pt&ilang=pt_BR. Acesso em: 5 ago. 2026.

BARRETO, Alvaro Augusto de Borba. Representação Das Associações Profissionais No Brasil: O Debate Dos Anos 1930. *Revista De Sociologia e Política* Nº 22: 119-133 Jun. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/PbWcfbQKt9X86NgFBswntSq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 5 ago. 2026.

BARBOSA, Pedro Paulo Lima. *O corporativismo na seção trabalho do Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (1934-1939)*. *Outros Tempos*, São Luís, v. 11, n. 18, p. 1–21, 2014. Disponível em: [Outros Tempos – PDF do artigo](#). Acesso em: 5 ago. 2026.

BRASIL. Decreto nº 21.076, De 24 de Fevereiro de 1932. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro-1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 5 ago. 2026.

BRASIL. Decreto nº 22.397, de 26 de Janeiro de 1933. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22397-26-janeiro-1933-508382-publicacaooriginal-80128-pe.html>. Acesso em: 5 ago. 2026.

BRASIL. Decreto nº 22.621, de 5 de Abril de 1933. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22621-5-abril-1933-509274-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 5 ago. 2026.

BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba. *Livro de actas do Tribunal Regional de Justiça Eleitoral da Paraíba: 1935*. 3. v. Gabriela Garcia Londres; Renato César Carneiro (orgs.). 1. ed. João Pessoa: TRE-PB, 2025.

CARNEIRO, Renato César. *A Bagaceira Eleitoral, Verba, Verbo e Populismo: a história do voto na Paraíba (da “Revolução de 30” a 1965)* – v.2. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011.

CLUBE TRÊS DE OUTUBRO. Anteprojeto da lei de sindicalização e representação política das classes. In: BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte. *Anais*. v. 3. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1935. Disponível em: https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Republica/1933/1933%20Livro%203.pdf. Acesso em: 5 ago. 2026.

DIAS, Sônia. *Epitácio Pessoa*. In: FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. *Atlas Histórico do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV CPDOC, [s.d.]. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbetes/epitacio-pessoa>. Acesso em: 5 ago. 2026.

FERNANDES, Flávio Sátiro. *História Constitucional da Paraíba*. 2. ed. rev., ampl. e atual. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

FUNDAÇÃO ERNANI SÁTYRO. *Cronologia de Ernani Satyro*. Patos: Fundação Ernani Sátiro, [s.d.]. Disponível em: <https://www.funes.pb.gov.br/cronologia-de-ernani-satyro/>. Acesso em: 5 ago. 2026.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. *Clóvis Beviláqua*. In: *Dicionário Histórico-Biográfico da Primeira República*. Rio de Janeiro: FGV CPDOC, [s.d.]. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/BEVIL%C3%81QUA,%20CI%C3%B3vis.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2026.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. *João Pereira de Castro Pinto*. In: *Dicionário Histórico-Biográfico da Primeira República*. Rio de Janeiro: FGV CPDOC, [s.d.]. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PINTO,%20Jo%C3%A3o%20Pereira%20de%20Castro.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2026.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. *Olímpio Mourão Filho*. In: *Atlas Histórico do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV CPDOC, [s.d.]. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbete/3707>. Acesso em: 5 ago. 2026.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. *Revolta Comunista de 1935*. In: *Atlas Histórico do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV CPDOC, [s.d.]. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbete/6361>. Acesso em: 5 ago. 2026.

JORNAL A IMPRENSA. João Pessoa, jul./set. 1935. Coleção consultada no arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP), João Pessoa.

JORNAL A UNIÃO. João Pessoa, set./dez. 1936. Coleção consultada no arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP), João Pessoa.

JORNAL A UNIÃO. João Pessoa, set./dez. 1935; jan./ago. 1936; set./nov. 1937. Acervo Digital. João Pessoa: Empresa Paraibana de Comunicação (EPC). Disponível em: <https://auniao.pb.gov.br/servicos/jornal-a-uniao>. Acesso em: 5 ago. 2026.

LOPES, Raimundo Helio. Cabral, João Crisóstomo da Rocha. In: Centro De Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV). *Dicionário Histórico-Biográfico da Primeira República*. Rio de Janeiro: FGV CPDOC, [s.d.]. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CABRAL,%20Jo%C3%A3o%20Cris%C3%B3stomo%20da%20Rocha.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2026.

MACEDO, Allony Rezende de Carvalho. A Organização e Atuação do Clube 3 De Outubro no Governo Provisório De Getúlio Vargas. In: *16º Encontro Estadual de História ANPUH-RS – História Agora: Ensinar, Pesquisar, Protagonizar*. 2022. Disponível em: https://www.eeh2022.anpuh-rs.org.br/resources/anais/12/anpuh-rs-eeh2022/1661288351_ARQUIVO_36dae4d5c2b296dbfb8ac5424d5f25c9.pdf. Acesso em: 5 ago. 2026.

PARAÍBA. *Constituição do Estado da Paraíba de 1935*. João Pessoa: Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, 1935.

PORFÍRIO, Waldir. *Pérola Negra do Cais*. 2004.

ZULINI, Jaqueline Porto; RICCI, Paolo. O Código Eleitoral de 1932 e as eleições da Era Vargas: um passo na direção da democracia? *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 71, p. 504-526, set./dez. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/6b3GwRtS5CjL3xNf3H65tw/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 05 ago. 2026.

SANTANA, Martha Maria Falcão de Carvalho e Moraes. *Poder e Intervenção Estatal – Paraíba: 1930 – 1940*. – João Pessoa: Editora UFPB, 1999.

SILVA, Waniéry Loyvia de Almeida Dos Santos Neto. Autoritarismo interventorial – a Paraíba de Argemiro de Figueiredo (1935 – 1940). In: SILVA, Waniéry Loyvia de Almeida Dos Santos Neto; NETO, Martinho Guedes dos Santos (organizadores). *Regime de Interventorias: política e sociedade na Paraíba da Era Vargas (1930 – 1945)*. – João Pessoa: Editora UFPB, 2020.

SIMÃO, Alexandre. *Mario Pinto Serva: o intelectual e as fronteiras do campo educacional (1915 – 1928)* – Marília : Oficina Universitária ; São Paulo : Cultura Acadêmica, 2020. Disponível em: https://ebooks.marilia.unesp.br/index.php/lab_editorial/catalog/download/210/763/1183?inline=1. Acesso em: 5 ago. 2026.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL. *Joaquim Francisco de Assis Brasil – Vida e legado*. Porto Alegre: TRE-RS, [s.d.]. Disponível em: <https://www.tre-rs.jus.br/institucional/memorial-da-justica-eleitoral-gaucha/membros-do-pleno/membros-do-pleno-exposicao-plone/joaquim-francisco-de-assis-brasil-vida-e-legado>. Acesso em: 5 ago. 2026.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA. *História - 1ª fase: eleições*. In: *Memorial da Justiça Eleitoral da Paraíba – Memorial da Democracia*. João Pessoa: TRE-PB, [s.d.]. Disponível em: <https://apps.tre-pb.jus.br/memorial/index-menu.php?menu=historial&conteudo=eleicoes>. Acesso em: 5 ago. 2026.

VARGAS, Getúlio. *A nova política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, v. 1. 1938. Disponível em: <https://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/listarPublicacao.php?lista=0&opcao=5&busca=A%20Nova%20politica%20do%20Brasil&listarConteudo=T%C3%ADtulo%20%20%C2%BB%20A%20Nova%20politica%20do%20Brasil>. Acesso em: 5 ago. 2026.